



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

2

ATA N.º 68/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H15, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, na Freguesia de Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas de 2024 – Município de Almada”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Relatório e Contas de 2024”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob - Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2024”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Requalificação da Rua Lourenço Pires de Távora (Parcial) e da Rua Miradouro dos Capuchos” – Aprovação da decisão de contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças do proc., Júri, Gestor de Contrato, Coordenador Segurança e Saúde”; (Retirada)

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN000466S2025 para “Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores em Instalações Municipais, Escolas e Centros de Saúde, por lotes, pelo prazo de 2 anos”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00328S2025 para “Fornecimento de refeições escolares no Concelho de Almada, para os anos letivos de 2025/2026 e 2026/2027, por lotes”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pizarat Correia Bom (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaíça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

3.1 – O Senhor Presidente convidou, nos termos do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal Paulo Viegas para coadjuvar a Mesa da Assembleia Municipal.

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

8.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Ana Luisa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Sónia Raquel Mota Faria (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luisa Maria Freire Galvão (PS), António Paulo Júnior (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD) e Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Palhotas Pacheco (PS); a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos (PS); o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha (PS); o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó Luís Filipe Almeida Palma (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito Luís Armando dos Santos (CDU).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Luís Bucho (CDU) e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) sobre “Pedido de acesso a documentação sobre as medidas adotadas no Bairro de Penajóia”, enviado para a Câmara Municipal em 05/02/2025, ainda não foi respondido;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) sobre “Agroparque Terras da Costa e do Mar”, enviado para a Câmara Municipal em 05/02/2025, foi respondido a 11/03/2025.

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Solicitação de informação sobre contratos celebrados pela Câmara Municipal”, enviado para a Câmara Municipal em 05/03/2025, ainda não foi respondido.

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) sobre “Pedido de informações sobre a afetação de lugares de estacionamento para a Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos Almada-Seixal”, enviado para a Câmara Municipal em 24/04/2025, ainda não foi respondido.

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 63, 64, e 65/XIII-4.º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes



“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Paula Chainho, Jorge Costa e Pedro Marcelo.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Paula Chainho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de começar por deixar uma nota positiva à Câmara Municipal de Almada e ao trabalho que tem sido feito e em particular pelo Departamento de Ambiente, relativo à implementação de um projeto que ganhou o Orçamento Participativo.

Este projeto foi proposto pela Junta de Freguesia da Sobreda e está neste momento a ser implementado para recuperação de um troço da ribeira da Sobreda, e a verdade é que o Departamento de Ambiente tem mostrado um elevado empenho na implementação deste projeto e o empenho sobretudo em dar continuidade ao projeto. Ou seja, não é apenas executa-lo neste momento, é envolver a comunidade e a comunidade neste momento é a escola local, são as associações locais e são os moradores locais.

Portanto, parabéns à Câmara Municipal de Almada por ter conseguido isto.

Mas, apesar de termos conseguido este projeto para a recuperação do troço da ribeira, há um problema que permanece sem ser resolvido e para o qual já temos alertado há mais de dez anos. Que é o facto de a ribeira da Sobreda ter má qualidade da água e temos comprovado isso com a monitorização que temos feito com a Escola Elias Garcia todos os anos, e comprovamos que a qualidade da água é má.

Pedimos que fosse avaliada essa qualidade da água com uma simples análise que podia ser feita pelo SMAS. Essa análise já foi pedida há mais de dez anos. Em 2018 o SMAS pediu-me para indicar onde é que seria feita essa recolha e até hoje não temos resposta.

E essa é uma das questões que me traz aqui hoje, é a ausência de respostas.

Eu percebo de respostas negativas, eu percebo que me digam que há coisas que não podem ser feitas porque provavelmente não são possíveis ou não temos os meios para o fazer. Mas não percebo a ausência de respostas. E a ausência de respostas tem sido presente relativamente a uma outra situação que diz respeito ao bem comum, nomeadamente à mobilidade urbana. Eu moro num bairro da Sobreda que é uma rua sem saída. É uma rua sem saída porque no fim dessa rua tem um troço que é um troço municipal, mas que está fechado com uma rede. E em julho de 2023, foi pedido ao Departamento de Mobilidade Urbana da Câmara Municipal, que executasse a abertura deste troço para que fosse mais fácil às populações locais deslocarem-se a pé para os transportes públicos, em vez de fazerem uma volta muito grande até ao Centro da Sobreda.

Esse pedido foi registado, eu tenho o número do registo desse pedido, perguntei por diversas vezes se já estava resolvido e neste último ano e meio não tive resposta.

Portanto, eu aceito resposta “não” e compreendo que possa haver coisas que não possam ser executadas, mas não percebo a ausência de respostas por parte da Câmara Municipal.

Outra coisa que também não consigo compreender, na rua onde moro, que é a Rua Quinta da Farrapa na Sobreda, é o facto de ter sido licenciada esta urbanização com condições que não me parecem favorecer a mobilidade urbana. A minha rua é uma rua sem saída, tem casas unifamiliares e tem passeios muito estreitos que não permitem a deslocação por exemplo, em cadeiras de rodas, ou carrinhos de bebés. Para além disso, como a rua é estreita, imagino que isso foi feito para possibilitar o licenciamento de loteamentos de maior dimensão. Como a rua é estreita o passeio é extremamente estreito e extremamente ingreme.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, eu moro nesta rua há cinco anos e nunca consegui estacionar o meu carro dentro da minha garagem, simplesmente porque a solução que é apresentada pelos construtores que fizeram as casas, é colocar cimento por cima do alcatrão para diminuir a inclinação do passeio, ou colocar objetos que aumentem a altura relativamente ao passeio. Portanto, parece-me que isto é um problema de licenciamento urbano e não propriamente um problema de construção.

Portanto, eu gostava que a Câmara Municipal avaliasse esta situação e percebesse se o licenciamento foi bem atribuído ou se não deveria haver aqui alterações.

Por último, gostaria de colocar também ainda em relação a essa rua, a questão do estacionamento. É uma rua que tem muitos carros, mas que supostamente todos têm estacionamento em garagem, nem todas as pessoas conseguem estacionar em garagem, e quando há visitas não há lugares de estacionamento.

Nessa rua há dois lotes que foram atribuídos à Câmara Municipal e, portanto, não foram atribuídos para construção e nós pedimos que esses lotes fossem por exemplo, transformados em parques de estacionamento. Até agora também não obtivemos qualquer resposta.

E por causa disso e como considero que as Juntas de Freguesia são as entidades de proximidade em relação às populações, há mais de dez anos que coloco todas estas questões à Junta de Freguesia da Sobreda. Mas não tenho tido resposta. Será que a Junta de Freguesia da Sobreda tem comunicado com a Câmara Municipal de Almada estas situações? Há falta de comunicação ou é simplesmente um lapso?

São estas as questões que gostava de colocar aqui, destacando em primeiro lugar, a nota positiva relativamente ao Departamento de Ambiente que tem feito um excelente trabalho num projeto de Mobilidade da Comunidade Local.”

5.2.2 – O Senhor Município Jorge Costa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou morador no Bairro do Alfeite, sou militar na reforma, e venho aqui expor o seguinte:

Moro naquele Bairro desde 1998, e até cerca de 2007, aquele Bairro sempre foi limpo pela Câmara Municipal de Almada.

Acontece que nos últimos anos, isso não se tem verificado. Foram ultimamente lá fazer a limpeza, há cerca de quatro ou seis meses atrás, e o Bairro atualmente parece uma selva, tem ervas do meu tamanho. Ervas essas que ao crescerem o que é que se passará? Tornam-se mais fortes e será mais difícil cortar as mesmas.

Por conseguinte, é um bocado triste a gente assistir a que a Câmara Municipal fora do Bairro do Alfeite, faz a limpeza às ruas todas em si, e dentro do Bairro a salubridade é negativa. Muitas vezes quando lá vão fazer a limpeza num acesso que dá à Escola Básica e o resto do Bairro fica conforme está. Atualmente aquilo encontra-se numa vergonha.

Eu gostaria de saber se a Câmara Municipal tem alguma coisa prevista para esta situação, uma vez que, eu enquanto município, também pago os meus impostos e acho que também tenho direito a que as coisas sejam feitas dentro do Bairro onde vivo apesar de ter sido militar.”

5.2.3 – O Senhor Município Pedro Marcelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chamo-me Pedro Marcelo e sou Presidente do Conselho Executivo da UCAPA – União Concelhia das Associações de Pais.

Desde o dia em que tomamos posse, os contactos das diversas Associações de Pais do Concelho, têm vindo a aumentar e chegam até nós um conjunto de preocupações, algumas novas, outras que carecem de solução há bastante tempo.

Sendo uma das principais questões, a falta de assistentes operacionais nos estabelecimentos de ensino.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.

Relativamente a questões transversais, os recorrentes problemas nos refeitórios escolares persistem e agravam-se. Sublinha-se a falta de vigilância, os tempos de espera das refeições, a temperatura a que as refeições são servidas aos alunos, inclusive a falta de comida.

Estes problemas estão há muito identificados, mas ainda sem qualquer resolução desde o início do ano letivo.

Há ainda uma matéria que tem dado origem a grande descontentamento por parte das Associações de Pais.

A exigência por parte da Câmara Municipal, na assinatura por técnico oficial de contas dos balancetes do ano letivo passado, não cobrindo a Câmara Municipal estas despesas adicionais. Exigência essa, que se manteve este atual ano letivo. Entendemos que, para além de não estar protocolado, a Câmara Municipal justifica-se com o RMAPA – Regulamento Municipal de Apoios Públicos de Almada. Quando o próprio Regulamento no artigo 3.º, exclusões, na alínea a), diz que este Regulamento não se aplica a entidades parceiras em parceria e colaboração com o Município. Com a agravante desta exigência, ser feita sobre ameaça. Ou fazemos, ou as Associações não recebem a tranche seguinte. Isto vem nos emails.

Não percebemos também, a necessidade de um novo protocolo este ano, com a única alteração aprovada na última reunião de Câmara, do aumento do Salário Mínimo Nacional. Quando se devia fazer só, uma adenda ao protocolo existente.

Também este novo protocolo com ameaça que, ou assinamos, ou não há mais tranches.

Estes dois exemplos, são uma afronta a todos os que voluntariamente em prole da comunidade educativa, dão o seu tempo ao serviço de todos.

A UCAPA entende que a Câmara Municipal tem de olhar para as Associações de Pais, enquanto entidades parceiras e não como subservientes da Câmara Municipal.

Entendemos também, que visto o protocolo ser assinado por três entidades, as três têm que ser ouvidas e todas se devem pronunciar.

No âmbito local, pretende-se intervir com construção e remodelação da Escola Secundária António Gedeão, trata-se de um investimento de cerca de 14.000.000.00€ (catorze milhões de euros) no âmbito do PRR.

Neste momento, desconhecemos o ponto de situação desta empreitada e somos abordados por inúmeros encarregados de educação e inúmeras associações, no sentido de obter mais informações. Recorde-se que esta Escola recebeu as crianças do 2.º Ciclo provenientes da Escola Comandante Conceição e Silva.

Ainda no mesmo Agrupamento, no passado dia 21 de março, foi enviado um email pelo Diretor do Agrupamento, a solicitar uma vistoria por parte da Proteção Civil, a muros em risco de derrocada, tanto na Escola Básica Comandante Conceição e Silva, como na Escola Básica n.º 2 da Cova da Piedade.

Por fim, no passado dia 15 de abril, foi enviado email pela Professora Coordenador da Escola Comandante Conceição e Silva, a pedir uma desratização, visto os roedores passearem livremente pela Escola.

Ambos os emails não obtiveram resposta por parte da Câmara Municipal.

Relativamente à EB 1 do Pragal, referir ainda que o espaço que usa para as Atividades de Enriquecimento Curricular de Educação Física, no Clube SRUP, não tem qualquer tipo de condições, obrigando inclusive, os alunos a terem que usar a mesma casa de banho que usa qualquer pessoa que entre dentro daquele Clube.

A UCAPA sente falta de uma maior articulação entre a Câmara Municipal e as entidades parceiras. Entendendo que essa articulação é essencial ao bom funcionamento das escolas do Concelho. A UCAPA sempre contribuiu construtivamente para essa articulação e para a melhoria da escola pública no Concelho de Almada.

Assim, a UCAPA coloca as seguintes questões para resposta se possível nesta Assembleia Municipal:

Quais as medidas a curto prazo para mitigar a carência das assistentes operacionais nas nossas escolas?

Quais as medidas a tomar para a resolução das persistentes insuficiências identificadas relativamente aos refeitórios e às refeições escolares?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Qual o parecer legal que fundamenta a interpretação da Câmara Municipal na aparente contradição relativamente às exigências contabilistas entre a figura do protocolo e o RMAPA?

Em que estado está a obra da Escola António Gedeão? Já foi lançado o concurso público? Quais os prazos de início e previsão da conclusão da obra, visto que há prazos do PRR a serem cumpridos?

Visto que até à presente data não houve quaisquer resposta aos dois emails enviados tanto pelo Diretor do Agrupamento, como pela Coordenadora da Escola Comandante Conceição e Silva, ou se quer se realizaram as vistorias por parte da Proteção Civil à Comandante Conceição e Silva e à CP 2 da Cova da Piedade, a UCAPA questiona sobre o que está em falta e quais as datas previstas.

Para quando também está prevista a tão necessária desratização da Comandante Conceição e Silva?"

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês Medeiros (PS), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS).

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo naturalmente, por agradecer as palavras da Dr.^a Paula Chainho, relativamente ao Departamento de Ambiente. Obrigada e obrigada também pelo seu empenho, porque eu sei o quanto também se mobilizou para este projeto, não apenas o projeto do Orçamento Participativo, mas também pela continuidade do projeto. Portanto, é com grande gosto, sendo eu responsável pelo Departamento de Ambiente, que é bom ouvir essas palavras e que naturalmente, quando trabalhamos juntos, funciona sempre melhor.

Relativamente às duas questões dos SMAS e relativamente à mobilidade urbana, eu depois poderei passar ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, são áreas do Senhor Vereador, para lhe poder responder. Seja como for, vou já ver onde estão os pedidos que ficaram sem resposta.

E da mesma forma em relação ao estacionamento.

Mas como disse e bem, o loteamento da Quinta da Farrapa, tem vários problemas, não é de agora, é um loteamento antigo e tem vários problemas e nós estamos justamente a estudar essa questão. Até porque, escavou-se, as casas não estão em nível, mas como disse e bem, relativamente à sua questão, em princípio os lotes deviam ter estacionamento dentro de casa, e esses lotes normalmente, são lotes que são destinados a vários equipamentos para dar apoio à população, não só e sistematicamente estacionamento. Portanto, o problema é que muitas vezes as pessoas não usam o espaço da garagem para garagem, usam como outro espaço, mas isso cria um problema relativamente à lógica do loteamento que eu acho que até é muito anterior a nós, embora volte a dizer, é de facto um loteamento que tem problemas, e estamos a tratar até devido a inundações, à água que escorre e ao estaleiro que está em cima. Mas, terei todo o gosto em analisar melhor essa possibilidade.

Relativamente às outras duas questões, dos Senhores Múncipes Jorge da Costa e Pedro Marcelo, não me vou alongar muito, porque quero também passar a palavra à Senhora Vereadora.

Só dar nota que, a António Gedeão está em revisão de projeto, mas há que clarificar uma questão, a António Gedeão foi indicada pelo anteriormente Governo para ser a escola a reabilitar, mas não está aprovado, não saiu em Decreto o financiamento. Portanto, é a Câmara Municipal sozinha que está a avançar com o projeto. É bom que saiba isso. Portanto, nós estamos tão preocupados com o prazo do PRR como qualquer outro. Mas o Governo não garantiu ainda nenhum financiamento para a escola. Não temos nenhum protocolo para assinar. Pior, a listagem que publicaram não consta financiamento para nenhuma escola de Almada, nem do Seixal, como sabe.

Portanto, o que eu lhe posso dizer é que, Câmara Municipal está a fazer neste momento todo o trabalho, estamos em fase final da revisão do projeto, mas a Câmara Municipal vai exigir uma garantia de financiamento para poder lançar a obra, que é algo que ainda não chegou.”



5.3.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Senhora Múncipe Paula Chainho, aquilo que eu lhe posso dizer é que irei verificar a comunicação que foi feita aos SMAS, tenho de verificar onde é que ela se encontra.

Também relativamente à questão da urbanização, há vários problemas de urbanização como disse a Senhora Presidente da Câmara Municipal, trata-se de uma regularização já licenciada há alguns anos, há ali problemas que também acabam por ser estruturais, precisamente porque as casas foram feitas para uma viatura. Entretanto, com o poder de compra ganho pelas populações, eventualmente adquiriram mais. Naturalmente que temos que verificar como podemos agilizar a situação, nomeadamente a questão do reperfilamento do passeio, mas vamos estudar para ver como é que podemos agilizar a questão.

A abertura da via já sei que os serviços vão contacta-la precisamente para analisar essa questão, dessa possibilidade, penso que é uma situação em que esse terreno é particular. Mas depois iremos verificar mais em pormenor.”

5.3.3 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor Múncipe Jorge Costa, dizer que sei que já falou com os serviços hoje e que lhe disseram que efetivamente, as ervas estão grandes, não é só no Alfeite, é em todos os sítios. Efetivamente, o clima que nós temos e a capacidade de corte de ervas é difícil, e eu já disse isto aqui muitas vezes, e repito, que foi informado que no planeamento que está feito de corte no início de maio, está previsto a ida ao Alfeite. Sei que já tinha esta informação, tanto quanto os serviços me informaram e assim será.

De facto, há muitas ervas, é muito difícil corta-las, nós fizemos uma opção que nos prejudicou muito, e nós sabemos todos que a opção que fizemos nos dificultou a vida, mas a informação para si e relativamente ao Alfeite, penso que até já lhe tinha sido dada, é esta.

Relativamente, ao Senhor Múncipe Pedro Marcelo.

Relativamente aos assistentes operacionais, efetivamente, nós temos tido dificuldade na contratação, mas vamos fazer uma alteração ao Mapa que eventualmente irá na próxima reunião de Câmara, e temos pronta uma lista unitária publicada, uma reserva de recrutamento. Estas coisas não são como no privado que a gente precisa e contrata, todos sabemos que isto é difícil e sabemos também toda perturbação que houve com o orçamento e consequentemente com o Mapa que atrasou aqui tudo isto. Portanto, estamos todos a sofrer as consequências das opções que fazemos.

Portanto, relativamente a isto, aquilo que lhe digo, os Senhores Diretores sabem disto, eu falo com eles e eles sabem isto tudo e sabem muito bem as razões que estão por trás disto tudo.

Relativamente aos refeitórios, lamento dizer-lhe que não é essa a informação que tenho, vale o que vale, é a sua informação contra a minha, eu tenho o relatório que é público e que está discutido em que nós temos um aumento dos miúdos mais velhos, porque se fosse os mais pequenos podíamos dizer que eles comem porque os obrigam, não é verdade, o aumento exponencial que tivemos de refeições não é nos mais pequenos é nos mais velhos, é mesmo no 3.º Ciclo e no Ensino Secundário. Portanto, a catástrofe que o Senhor aqui nos trouxe não é verídica. Claro que quando se servem o número de refeições que nós servimos, é evidente que há sempre problemas. Há sempre problemas e nós sabemos acontece aqui, acontece ali, mas são problemas que são próprios e que até em nossa casa acontecem muitas vezes. Portanto, o que eu não posso é transformar problemas pontuais em problemas estruturais. Foi aquilo que aqui me pareceu que foi feito. Mas eu aconselho-o a ler o relatório que é público, pode ser contestado por toda a gente que o possa ler e verifico efetivamente que, a realidade não é essa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente ao RMAPA. Não é uma questão de protocolo ou de ser outra figura, são dinheiros públicos, e se dinheiros públicos estão envolvidos, eles têm que ser verificados pelo RMAPA e por todas as normas que o RMAPA tem, é uma questão de opção e assim é.

Há dinheiro publico, tem que entregue justificativos e tem que seguir as regras que a contabilidade publica nos impõe e está lá que até 100.000.00€ (cem mil euros) terão que ser verificados.

Mas eu devo dizer que, há aqui qualquer coisa de estranho, porque eu fiz não há dois meses, uma pergunta muito genérica, não andei a fazer inquéritos, e não recebi da parte das associações, mas vou voltar a fazê-la, não recebi da parte das associações essa queixa tão veemente relativamente, até perguntei quantas associações, apenas uma. Eu disse que toda a gente tem o direito de ter uma opinião diferente. Mas eu vou voltar a fazê-la e vou voltar a explicar, aliás, como costumo fazer. No início do ano letivo costumo reunir com os Diretores e com as Associações de Pais, para explicar o protocolo para que fique tudo claro.

Portanto, estamos a chegar ao final do ano letivo, nem é uma época muito característica para isso, mas eu vou fazê-lo se calhar ainda antes do ano letivo acabar, uma vez que foi aprovado na última reunião o protocolo de Escola a Tempo Inteiro, eu vou voltar a fazê-lo para eu perceber efetivamente, as questões que de outra forma, quando eu pergunto não me chegam cá. Eu vou fazer essa contraprova. Não há nada como falar com os interlocutores com os quais eu tenho uma enorme facilidade em falar.

Relativamente à Escola António Gedeão, a Senhora Presidente da Câmara Municipal já respondeu.

Relativamente à desratização e ao muro. A desratização se a pediram não sei porque é que não foi feita. Nós fazemos desratizações todos os dias. Ainda há dias demos aqui o número das desratizações que foram feitas. Se foi pedido e não foi feita, também verificarei porquê.

O muro já pedi desde que aqui estou para irem amanhã à Conceição e Silva verificar. Nós recuperamos um talude, não tínhamos indicação nenhuma, não sei se é esse, se é outro. Amanhã mandarei os serviços à Conceição e Silva verificar se de facto, há algum muro que coloque em risco as nossas crianças, e dar-lhe-ei conta do resultado da inspeção.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento do Papa Francisco, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD);

6.1.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, figura maior da Igreja Católica, cujo legado ultrapassa fronteiras religiosas, geográficas e até políticas.

Homem de fé, de diálogo e de coragem, o Papa Francisco marcou a história do nosso tempo pela sua postura humanista, pela sua dedicação incansável aos mais pobres e excluídos, pela defesa intransigente da paz, da dignidade humana, da justiça social e da proteção do planeta.

O seu pontificado ficará para sempre ligado a uma mensagem de proximidade, simplicidade e fraternidade. Um exemplo que tocou crentes e não crentes, promovendo a construção de pontes num mundo tantas vezes marcado pela divisão.

Desaparece um homem que, mais do que um líder religioso, foi uma presença luminosa num tempo de solidão e indiferença.

Francisco acreditava num mundo com mais justiça, mais cuidado com os outros e mais respeito com o planeta que deixaremos aos vindouros. E não apenas acreditava, mostrava, com atos concretos, que esse mundo é



possível. Pela sua voz, muitos se sentiram ouvidos. Pela sua coragem, muitos encontraram consolo. Pela sua humildade, muitos reencontraram a fé.

Hoje, o mundo está mais pobre. Mas também está mais grato.

A Assembleia Municipal de Almada associa-se ao luto mundial, endereçando à Santa Sé e a todos os fiéis as suas sentidas condolências.

Partiu um homem bom. Mas ficam as suas palavras, os seus gestos e o exemplo que o tempo não apagará.”

6.1.2 – Pelo Falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Luísa Maria Galvão (PS);

6.1.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Luísa Maria Galvão (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Um sentimento de imenso pesar e profunda consternação.

Foi assim que o mundo recebeu a notícia do falecimento do Papa Francisco, líder da Igreja Católica e uma das vozes mais influentes do nosso tempo.

Jorge Mário Bergoglio, argentino de origem italiana, entrou para a história em 2013 ao tornar-se o primeiro Papa oriundo do Hemisfério Sul, o primeiro jesuíta, e o primeiro não europeu em mais de 1.200 anos a assumir a liderança do Vaticano.

Desde o início de seu pontificado, Francisco foi um sinal de mudança e renovação. Escolheu o nome "Francisco" em homenagem a São Francisco de Assis, símbolo da simplicidade, humildade e defesa dos mais desfavorecidos.

Durante mais de uma década a liderar os destinos da Igreja Católica, Francisco enfrentou desafios internos e externos com coragem e sensibilidade. Combateu e geriu os escândalos de abusos sexuais na Igreja Católica, promoveu reformas no Vaticano, fortaleceu o papel das mulheres na Igreja, ao nomear uma freira para gerir todas as ordens religiosas, e defendeu com firmeza o meio ambiente, através da encíclica Laudato Si’.

Acolheu os imigrantes, os divorciados e a comunidade LGBTQ+, sublinhando que todos cabem na Igreja Católica, sendo este um dos grandes marcos do pontificado do Papa Francisco.

No cenário internacional, tornou-se um incansável defensor da paz, da fraternidade e do entendimento entre os povos. Envolveu-se em mediações diplomáticas e foi uma das principais vozes contra a guerra, o extremismo religioso e as desigualdades sociais.

Em cada visita apostólica, incluindo países muçulmanos e regiões em conflito, levou sempre uma mensagem de esperança, compaixão e reconciliação.

Em Portugal, deixou um legado emocional muito forte.

Esteve presente no Centenário das Aparições de Fátima, em 2017, e mais recentemente na Jornada Mundial da Juventude, em 2023, onde emocionou milhares de jovens com sua presença humilde e com a célebre expressão que se tornou símbolo de seu pontificado: “Todos, todos, todos”.

“Não tenham medo” é outra grande mensagem que o Papa Francisco nos deixa, uma frase encorajadora para que não tenhamos medo de amar e perdoar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada expressa a sua consternação e pesar pela partida de um dos principais líderes da história recente.”

6.1.3 – Pelo Falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

6.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco.

Nascido Jorge Mário Bergoglio, em Buenos Aires, Argentina, o Papa Francisco foi o 266.º Sumo Pontífice da Igreja Católica, tendo iniciado o seu Pontificado a 13 de março de 2013. Primeiro Papa oriundo das Américas, primeiro Jesuíta e primeiro não europeu em mais de doze séculos, a sua eleição representou um momento histórico para a Igreja Católica.

Ao longo do seu Pontificado, Sua Santidade teve a responsabilidade de guiar a Igreja e representar a instituição que, há dois milénios, testemunha a fé cristã no mundo.

O falecimento do Papa Francisco constitui um momento de relevância para todos os católicos e para a História da Igreja, merecendo da parte desta Assembleia Municipal o devido reconhecimento institucional.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Expressar publicamente o seu pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco;
2. Endereçar à Santa Sé e à Conferência Episcopal Portuguesa uma mensagem formal de condolências;
3. Guardar um minuto de silêncio em sua memória na presente Sessão."

6.1.4 – Pelo Falecimento de Jorge Bergoglio, Papa Francisco, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU);

6.1.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu Jorge Bergoglio, Papa Francisco.

Um Papa que marcou a Igreja Católica. Um Papa que marcou os fiéis católicos, mas também outros cristãos, crentes de outras confissões religiosas, e mesmo não crentes, numa fase da história da humanidade marcada pela violência das guerras impostas pelos poderes políticos instituídos, com uma grande proximidade às causas da Paz, da defesa dos direitos económicos e sociais e de justiça para com todos os excluídos desta atual sociedade "*submetida a interesses financeiros*", nas palavras do próprio Francisco.

As suas Encíclicas, especialmente a Encíclica *Laudato Si'* e a Encíclica *Fratelli Tutti*, constituem contributos significativos para importantes avanços na doutrina social da Igreja Católica.

A morte do Papa Francisco constitui, inegavelmente, uma perda para o mundo. Não enquanto chefe da Igreja Católica, mas como homem universalista e humanista que se dedicou a pensar e a agir sobre as coisas do mundo e da humanidade. As coisas que nos levam por caminhos transviados, quem sabe se fatais, e que o Papa Francisco tentou travar com a sua sensibilidade e espírito fraterno.

A ausência da palavra solidária de Francisco vai diminuir a visibilidade dos problemas e injustiças que hoje a humanidade enfrenta, seja no plano social, ambiental ou no combate pela Paz.

Foi um incansável defensor da Paz!

Não de uma paz abstrata. Da paz que se alcança falando, compreendendo e negociando, e não espalhando a pobreza e a morte porque são necessárias armas, mais armas, cada vez mais armas e mais sofisticadas, capazes de tornar sempre maiores as multidões de inocentes assassinados e fazer transbordar os cofres dos magnatas da morte.

Nas suas derradeiras e esforçadas palavras, Francisco teve a energia necessária para lembrar os pobres, os desprezados, as minorias perseguidas, os excluídos das "periferias", as vítimas do racismo e da xenofobia, os refugiados e migrantes, solidarizando-se com estes como vítimas da ganância e das guerras impostas aos seus países. E não deixou de responsabilizar, mais uma vez, a doutrina que identificou explicitamente como responsável por essas expressões de miséria: o capitalismo e a sua versão extrema, o neoliberalismo.



Francisco foi, por tudo isto, um homem contra a corrente, mas que não desistiu, até ao fim, de tentar modificar a realidade do mundo em que viveu, de tornar esse mundo o lugar próprio para o florescimento da dignidade do ser humano, de todos os seres humanos.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar o mais sentido pesar pelo desaparecimento físico de Jorge Bergoglio, Papa Francisco, dirigindo em especial a toda a Comunidade Católica, os mais sinceros pêsames pelo seu falecimento, e expressar igualmente o voto de que o seu legado humanista enquanto Sumo Pontífice da Igreja Católica, possa ser prosseguido por aquele que lhe suceder.”

6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.1 – O voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, foi aprovado por unanimidade.

6.2.2 – O voto de pesar por falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, foi aprovado por unanimidade.

6.2.3 – O voto de pesar por falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, apresentado pelo Grupo Municipal do CHEGA, foi aprovado por unanimidade.

6.2.4 – O voto de pesar por falecimento de Jorge Bergoglio, Papa Francisco, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, foi aprovado por unanimidade.

6.3 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.4 – Para apresentar declarações políticas e requerimentos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Ana Margarida Lourenço (PS).

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aos trabalhadores dos serviços e a todos os que contribuíram para a normalidade possível no dia de ontem, que contribuíram de alguma forma para que o impacto do apagão não fosse ainda mais grave, o nosso reconhecimento.

Quanto aos que não conseguiram chegar aos seus postos de trabalho devido à ausência de transportes não devem ser penalizados.

A Lei é clara, ao considerar a falta justificada. Mas é de inteira justiça que se vá além do mínimo legal: o dia de salário não deve ser cortado.

Penalizar estes trabalhadores seria virar as costas à solidariedade e ao bom senso.

O apagão de ontem provou, de forma inegável, aquilo que o Bloco de Esquerda tem vindo a afirmar há anos: o sistema elétrico é uma questão de soberania e segurança nacional.

Quando uma falha deste tipo paralisa o país, compreendemos o que está verdadeiramente em risco.

E é por isso, que temos alertado para a vulnerabilidade que representa o controlo privado, e sobretudo estrangeiro, sobre uma infraestrutura tão crítica.

Portugal é, aliás, um caso único, a rede elétrica, essencial à vida de todos nós, encontra-se nas mãos de interesses privados e de um Estado estrangeiro.

Isto representa um risco inadmissível. A nacionalização da rede elétrica, mesmo não sendo uma solução mágica, é uma medida de segurança elementar.

É o único caminho que garante total escrutínio e controlo democrático sobre aquilo que é, um bem comum.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ainda recentemente, o Bloco de Esquerda trouxe esta preocupação ao debate público, ao reagir ao Relatório Anual de Segurança Interna de 2024, onde se admite, preto no branco, que a presença de operadores e fornecedores estrangeiros em setores estratégicos, constitui uma ameaça à segurança interna.

Não se trata de ideologia, trata-se de proteger o país. Mas é preciso ir mais longe.

A REN deve esclarecer integralmente o sucedido. Sabemos que a origem da falha esteve em Espanha, mas a REN estava obrigada a ter mecanismos de prevenção e reservas acionadas para mitigar os impactos.

Foram cumpridos todos os protocolos? Estavam todos os sistemas de reserva operacionais? Exigimos total transparência. Os dados técnicos sobre o apagão devem ser publicados e analisados pelo Parlamento e por todas as entidades competentes.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Não faremos deste episódio uma arma eleitoral. Mas este dia deverá ser estudado por todas as instituições públicas, agentes económicos e pelo próximo governo.

Falhou o sistema elétrico, falharam sistemas de emergência hospitalar, falhou o INEM, falhou o fornecimento de água em alguns locais, e até o acesso a bens essenciais ficou comprometido com o encerramento de grandes superfícies, felizmente, as pequenas mercearias mantiveram-se abertas.

E falhou o Governo. Falhou na comunicação, demorou demasiado tempo a informar o país e, quando o fez, começou por partilhar desinformação. Num momento de crise, a comunicação não pode ser um fator de confusão, tem de ser uma âncora de confiança.

Precisamos de um plano nacional de resposta a falhas elétricas, com medidas robustas para situações extremas, que infelizmente serão cada vez mais comuns com as alterações climáticas.

Precisamos de geradores e sistemas de backup nos serviços essenciais, nos centros de saúde, nas escolas e nos edifícios públicos, para garantir apoio às populações em momentos de crise.

Este é um debate de responsabilidade, de justiça social e de soberania. Que seja assumido por todos e todas com a seriedade que merece."

6.4.2 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, durante a parada da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, o Capitão Salgueiro Maia proferiu o célebre discurso: "Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado. Os estados socialistas, os estados capitalistas e o estado a que chegámos."

Esta frase, cinquenta e um anos depois, poderia perfeitamente ser aplicada ao estado a que chegou o nosso Serviço Nacional de Saúde, uma das mais importantes conquistas de Abril.

Há cerca de um ano, o atual primeiro ministro, à data ainda candidato a primeiro ministro, prometeu às portuguesas e aos portugueses que iria resolver os problemas da saúde em poucos meses, nomeadamente, o problema das urgências encerradas, bastando para isso tomar as decisões certas, sugerindo desta forma que todas as decisões que foram tomadas eram decisões erradas.

É importante lembrar que foi este Serviço Nacional de Saúde que, cerca de quatro anos antes destas declarações de Luís Montenegro, teve o seu maior teste de sempre, quando o país e o mundo se depararam com a maior pandemia dos últimos séculos.

Foram muitas as decisões que tiveram de ser tomadas na altura, todas elas pela mão do Governo do Partido Socialista, o mesmo que, segundo Montenegro, tomava decisões erradas.

O SNS e os seus profissionais, demonstraram toda a sua resiliência, preservando os principais valores que norteiam o Serviço Nacional de Saúde: tratar todos de igual forma, não olhando à ascendência, sexo, raça, língua,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.

território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, conforme está estabelecido na nossa Constituição.

Com todos os desafios com que se foi deparando durante a pandemia, o nosso Serviço Nacional de Saúde demonstrou ser, em muitos momentos, o mais equilibrado e eficaz na gestão e combate à pandemia de toda a Europa, servindo como exemplo para outros países. Foram de facto, tempos difíceis e muito desafiantes, mas nessa altura ninguém pôde contar com outro serviço de saúde que não o nosso SNS.

Os problemas no Serviço Nacional de Saúde não começaram hoje, nem há um ano.

Nunca foi dito que seria fácil resolver esses problemas, mas o país e no caso o Governo Socialista, organizaram o Serviço Nacional de Saúde de forma a minimizar, de uma forma continua, esses problemas, encontrando alternativas para os obstáculos que iam surgindo.

Mas tal como em muitas outras áreas, o atual Governo demonstrou um total desrespeito pelo trabalho que estava a ser desenvolvido de forma séria e programada, não apresentando alternativas credíveis, levando o SNS a um estado de instabilidade sem precedentes.

Em poucos meses vimos este Governo a substituir dezenas de Dirigentes e Conselhos de Administração inteiros. Sempre de forma muito pouco justificada, como aliás, aconteceu em muitas outras áreas governativas.

Para além dos vários dirigentes que a Direção Executiva do SNS e Conselho Diretivo do INEM, já conheceram no período de um ano, o caso mais caricato, e que a nós diz diretamente respeito, terá sido mesmo a demissão, peço desculpa... a tentativa de demissão do anterior Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Almada-Seixal.

Se bem se lembram, em setembro passado, a sua presidente recebeu um telefonema do então Diretor Executivo do SNS, António Gandra d'Almeida,... se bem se lembram, aquele que se demitiu uns tempos depois, porque se descobriu que durante anos acumulou funções remuneradas sem autorização, tendo auferido mais de 200.000.00€ (duzentos mil euros) pelos turnos que cumpria nos hospitais algarvios, apesar de só ter recebido autorização do INEM, para funções não remuneradas, e que primeiro alegou dizer que não sabia que era preciso pedir autorização, mas afinal sabia, até porque esses contratos de prestação de serviços eram feitos não por ele, mas pela empresa gerida pela sua esposa, lembram-se? Esse mesmo...

Retomando: esse Diretor Executivo do SNS telefonou à então Presidente do Conselho de Administração da ULS Almada-Seixal, e nesse telefonema, que durou menos de 3 minutos, foi-lhe solicitado que todo o Conselho de Administração apresentasse uma carta de rescisão, motivado pelos encerramentos que aconteceram na urgência de ginecologia/obstetrícia durante o Verão.

Poucas horas depois, o Governo anunciava um novo Presidente para o Conselho de Administração, no seguimento desta "suposta" demissão, não tendo sequer a decência de informar a pessoa convidada para o cargo, que não existia um pedido formal de demissão. O resto da história, todos sabemos: esse Conselho de Administração esteve em funções até ao final do seu mandato, mas a instabilidade criada já não era possível corrigir.

É notório para todos, e os dados comprovam-no, que o Serviço Nacional de Saúde, presta hoje um pior serviço do que há um ano atrás, aquando das declarações de Luís Montenegro. Aqui, como em todo o país, o nosso SNS está pior do que estava há um ano.

Mas na Península de Setúbal, acontece hoje aquilo que nunca havia acontecido em anos anteriores.

Repito, aquilo que nunca havia acontecido em anos anteriores.

Nunca tinham estado fechadas em simultâneo todas as urgências de ginecologia/obstetrícia da Península de Setúbal, deixando este território, com cerca de oitocentos mil habitantes, sem qualquer alternativa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E isto é um problema grave, que só demonstra que o atual governo e a atual direção executiva do SNS, não tomam as decisões certas, como Luís Montenegro prometeu há cerca de um ano atrás, na anterior campanha eleitoral.

Aquilo que teria sido motivo para um “rolar de cabeças” em setembro, já não é problema seis meses depois. Já é normal.

Como é normal, o número de nascimentos ocorridos em ambulâncias, que de acordo com a Senhora Ministra da Saúde, sempre aconteceu.

Aliás, a arrogância com que a este Governo, e em especial a Senhora Ministra da Saúde, justifica os consecutivos e crescentes problemas, demonstra um total alheamento da realidade e das verdadeiras necessidades dos portugueses e das portuguesas.

A Senhora Ministra da Saúde, aliás, lida muito mal com críticas, não percebe por exemplo, o motivo pelo qual o Professor Fernando Araújo, ex-Secretário de Estado da Saúde, Ex-Diretor Executivo do SNS, com uma carreira na área da saúde, especificamente na área da Imunohemoterapia, conhecida e reconhecida nacional e internacionalmente, agora dá entrevistas.

Bem sabemos, que este Governo lida mal com algumas escolhas editoriais da comunicação social, e que já várias vezes o primeiro ministro deu “ralhetes” públicos à comunicação social, pelas perguntas que faz, pelas perguntas que não faz, por incomodar quando não deve, por não incomodar quando deve.

Mas ainda que todo o currículo do Professor Fernando Araújo não fosse suficiente para ser entrevistado sobre o estado da saúde, ele deu as entrevistas que deu, nos momentos que entendeu e quando convidado para isso, porque é um homem livre, porque há cinquenta e um anos, vários jovens militares decidiram acabar com o estado a que chegámos.

Não podemos esquecer tudo aquilo que Abril nos deu, e o SNS é uma das suas maiores conquistas. O Serviço Nacional de Saúde. Serviço Público. De todos. Para todos.

6.4.3 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) e Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

6.4.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naquilo que é o decorrer da democracia e do Regimento da Assembleia Municipal, ouvimos democraticamente com muita atenção aquilo que foi dito pela Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço.

Aquilo que eu questiono e dizer desde já que esta bancada não concorda praticamente em nada do que foi aqui dito, mas lembramos em 2017, eu gostaria de perguntar à Senhora Deputada Municipal onde é que estão os médicos de família prometidos pelo Senhor ex-Primeiro-Ministro António Costa? Porque razão se demitiu a Ministra da Saúde Marta Temido e outras tantas convulsões dadas ao Serviço Nacional de Saúde pelo Partido Socialista?

Mas eu não vou levar muito tempo a responder, como eu digo, decorre daquilo que é a intervenção democrática de um partido político e de uma Deputada Municipal, mas posso apenas deixar aqui uma deixa Senhora Deputada Municipal. Em 18 de maio, os almadenses responderão se a Senhora Deputada Municipal tem ou não razão naquilo que disse.”

6.4.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Obviamente, que o Partido Socialista entende assim, é uma declaração política que obviamente, todos os Deputados Municipais ou qualquer um pode fazer as considerações, entendo que não devo responder aquilo que não foi uma declaração política porque não sou do executivo da Câmara Municipal para ter que prestar



contas daquilo que é a nossa posição política. Mas há uma coisa que eu posso dizer, a Ministra Marta Temido, demitiu-se por muito menos do que aquilo que acontece atualmente, e isso não se pode negar. Se há pessoa dedicada a este país, e reconhecida por todos os portugueses, da sua dedicação com o SNS, foi efetivamente, a Ministra Marta Temido. E sobre isso não há qualquer dúvida.”

6.5 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Sabino (PSD), para apresentar uma Moção “Pelo Apoio à Aquisição de Calculadoras Gráficas para os Alunos do Ensino Secundário”;

6.5.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Sabino (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A educação é, por natureza e vocação, um dos pilares fundamentais do desenvolvimento de uma sociedade justa, coesa e sustentável. As autarquias, enquanto entidades públicas mais próximas das populações, desempenham um papel insubstituível no apoio às comunidades educativas e na redução das desigualdades no acesso aos recursos essenciais ao sucesso escolar.

Com o início do Ensino Secundário, e particularmente nas disciplinas sujeitas a exame nacional, como Matemática A, Matemática B, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Física e Química A, os alunos necessitam, obrigatoriamente, de calculadoras gráficas devidamente homologadas pelo Ministério da Educação. Este equipamento constitui uma ferramenta indispensável à aprendizagem e à avaliação, sendo de utilização obrigatória nos exames nacionais.

Contudo, o preço de mercado das referidas calculadoras pode ascender a valores superiores a 100.00€ (cem euros), representando um encargo considerável para muitas famílias, sobretudo num contexto de crescente pressão sobre os orçamentos domésticos. Esta situação pode comprometer o princípio da equidade no sistema educativo e penalizar injustamente os alunos provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos.

Neste sentido, a comparticipação, através de reembolso, a aquisição de uma calculadora gráfica até ao limite de 100.00€ (cem euros) por alunos do secundário, mais carenciados, constitui uma boa prática de apoio direto às famílias, contribuindo para a igualdade de oportunidades e para o sucesso escolar.

Assim, o Grupo Municipal do PSD de Almada propõe à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a adoção da seguinte medida:

1. Criação de um apoio financeiro reembolsável, no valor máximo de 100.00€ (cem euros) por aluno do ensino, destinado à aquisição de uma calculadora científica gráfica homologada pelo Ministério da Educação, para utilização nos exames nacionais;
2. O apoio referido deverá estar disponível a todos os alunos matriculados (sinalizados como carenciados) no ensino secundário de escolas públicas do concelho de Almada (agrupadas e não agrupadas), a partir do ano 2026 (contemplando já o ano letivo 2025/2026);
3. A Câmara Municipal deverá, em articulação com as Escolas do concelho, assegurar a ampla divulgação desta medida junto das famílias, bem como a disponibilização de meios simples e eficazes para a submissão dos pedidos de reembolso (se necessário através de normas provisórias).
4. A autarquia deverá ainda avaliar os impactos da medida após o primeiro ano de implementação, com vista à sua possível manutenção, melhoria ou alargamento a outros níveis de ensino e contextos educativos.”

6.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Sabino (PSD), para apresentar uma Recomendação “Pela Requalificação Urgente do Cais do Ginjal e da Antiga Área da Lisnave”;

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Sabino (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Cais do Ginjal e a zona da antiga Lisnave integram uma das frentes ribeirinhas com maior valor estratégico da Área Metropolitana de Lisboa. Com profundo significado histórico, social e económico, estas zonas representam simultaneamente um enorme potencial de regeneração urbana e um flagrante exemplo de degradação e abandono, visível a todos os que vivem, visitam ou trabalham no concelho de Almada.

No mês de abril de 2025, a Câmara Municipal de Almada decretou a interdição do Cais do Ginjal, invocando o risco iminente de colapso das infraestruturas existentes, reconhecendo assim, de forma oficial, o estado avançado de degradação da zona.

O próprio executivo camarário tem vindo a reconhecer publicamente a importância estratégica daquele espaço, considerando que o Ginjal representa "uma ferida aberta entre a cidade e o rio" e que "Almada não pode continuar a viver de costas voltadas para o Tejo".

Contudo, estas declarações contrastam com a ausência de intervenções estruturais e medidas concretas de requalificação ao longo dos últimos sete anos de governação socialista, durante os quais pouco ou nada foi feito para devolver este território à cidade e aos cidadãos.

Adicionalmente, existe um diferendo público e prolongado entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa (APL), com especial incidência na gestão e jurisdição da faixa ribeirinha de Cacilhas ao Ginjal, o que tem servido de justificação recorrente para a inação da autarquia. Contudo, é do interesse do Município e sua responsabilidade política, procurar resolver institucionalmente esse impasse, de forma diplomática e eficaz, em nome do desenvolvimento da cidade e do bem público.

Por outro lado, o Governo da República anunciou recentemente um plano de requalificação para os terrenos da antiga Lisnave, com promessas de instalação de museus, equipamentos culturais e habitação. Todavia, permanece desconhecido o grau de envolvimento da autarquia neste processo, nomeadamente no que diz respeito à articulação institucional, defesa do interesse local, elaboração de propostas e planeamento urbanístico.

A conjugação destes fatores, a degradação do Ginjal, o abandono da Lisnave e o impasse com o Porto de Lisboa, deve ser encarada com total transparência e sentido de urgência.

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1. Apresente, até ao final do presente mandato, à Assembleia Municipal, um relatório detalhado sobre:

- As ações, projetos, estudos ou propostas de intervenção promovidas pela Câmara Municipal relativamente ao Cais do Ginjal e à zona da antiga Lisnave desde 2017;
- Os contactos e negociações estabelecidos com a Administração do Porto de Lisboa, designadamente os pontos de bloqueio, contrapropostas apresentadas e soluções propostas pela autarquia;
- A calendarização de planos ou intervenções previstos e respetivos financiamentos (municipais, nacionais ou comunitários);
- O estado atual dos instrumentos de planeamento territorial aplicáveis (PDM, planos de pormenor, operações de reabilitação urbana, etc.);
- As diligências efetuadas no âmbito do projeto anunciado pelo Governo para os terrenos da Lisnave;
- Indicação do eventual plano de proteção económica previsto para os estabelecimentos de restauração localizados no Ginjal, considerando que serão dos principais afetados pelo encerramento do acesso principal, e tendo em conta que os percursos alternativos se encontram degradados ou operam de forma intermitente (ex. elevador);
- Apresentação dos planos de realojamento para os habitantes que viviam na zona do Ginjal, tanto a curto, médio como a longo prazo.



2. Desencadeie, com carácter de urgência, um processo de auscultação pública, envolvendo associações locais, cidadãos, empresários, instituições culturais e educativas, com o objetivo de construir uma visão estratégica partilhada para a frente ribeirinha de Almada.”

6.5.3 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS), para apresentar uma “Saudação ao Dia do Trabalhador”;

6.5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 1 de maio assinala-se o Dia do Trabalhador - data consagrada pelo Congresso Operário Internacional em 1889, em homenagem à luta de quinhentos mil trabalhadores que, em 1886, nesse mesmo dia, saíram à rua em Chicago, numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada laboral para oito horas. A expressão dessa manifestação, contribuiu para a consciencialização da humanização do trabalhador e da relevância dos seus direitos.

Ao longo da história, tem sido em grande parte através do trabalho e dos trabalhadores que se tem garantido a existência de condições de vida e de transformação do mundo. No entanto, milhões de homens e mulheres, têm sido vítimas de formas de exploração inqualificáveis, sendo condenados a uma existência indigna, no quadro de um conjunto de relações de poder, em que a prosperidade e o conforto de poucos, se tem alcançado à custa do sofrimento e da dignidade de quase todos.

Apesar dos progressos civilizacionais e do diálogo social terem avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, continuam a existir situações que os violam. A humanização do trabalho e o reconhecimento do seu valor estão ainda longe de ser uma realidade globalmente alcançada.

O dia 1 de maio representa, acima de tudo, a afirmação de um progresso civilizacional, económico e social, da redução das desigualdades, para a qualidade de vida dos trabalhadores. Mas o reconhecimento dos direitos laborais é uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza numa luta contínua e que persistirá enquanto houver o desejo pelo progresso, pelas reivindicações e aspirações legítimas dos trabalhadores, que devem ser reconhecidos, recompensados e dignificados pelo seu trabalho.

A Agenda do Trabalho Digno, criada e aprovada pelo Governo do Partido Socialista em 2023, continua o caminho da valorização salarial, do combate à precariedade laboral, da promoção da contração coletiva e da conciliação entre a vida profissional e familiar. A criação destas medidas melhora e equilibra ainda mais as relações laborais, dignificando e valorizando os trabalhadores, criando condições para que o trabalho seja, de facto, um trabalho digno para todos.

Esse é o caminho que o país necessita de continuar a percorrer, não permitindo que sejam feitos quaisquer retrocessos em matéria de legislação laboral e de proteção social.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril de 2025, saúda todos os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, em especial, os trabalhadores do Concelho de Almada, os trabalhadores das Autarquias Locais e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e sindicais e contribuído dessa forma para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses.”

6.5.4 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS), para apresentar uma “Saudação ao 25 de Abril de 1974”;

6.5.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Celebramos hoje uma das mais importantes datas da história do nosso país, o dia 25 de abril de 1974.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Essa foi a madrugada por que muitos esperavam, o dia que pôs fim a uma ditadura fascista, que durante quarenta e oito anos assombrou o nosso país, onde o medo imperava, onde o povo não tinha voz.

Um país de censura, de clausura e de opressão. Um país que já não conhecemos, mas que importa não esquecer.

Há cinquenta anos, o país renasceu. Esta foi a madrugada de uma revolução que nos chegou pelas mãos dos jovens Capitães de Abril, ao som do Grândola Vila Morena do Zeca Afonso, com o cheiro e frescura de um cravo vermelho orgulhosamente erguido.

Celebramos hoje a liberdade. A Liberdade que é um dos princípios fundamentais da Democracia em que hoje vivemos, um dos pressupostos essenciais à existência de um País mais justo e mais solidário.

Mas o 25 de Abril não nos trouxe só a liberdade. Trouxe o país democrático no qual vivemos e a Constituição da República Portuguesa de 1976. E com ela, os direitos, liberdades e garantias que gerações mais novas, que já nasceram em liberdade, sempre tiveram garantidos.

Mas trouxe também a democracia representativa, assente em eleições livres, em que a vontade do povo, expressa através do seu voto, escolhe aqueles que nos representam, e que têm nas suas mãos os destinos das nossas terras, do nosso país e da Europa.

Foram há exatamente cinquenta anos as primeiras eleições livres em Portugal, realizadas em 1975, que permitiram a formação da Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição da República Portuguesa de 1976. Estas foram as eleições mais participadas de sempre no nosso país, com mais de 90% dos eleitores a expressarem através do seu voto a sua voz, por tantos anos reprimida.

Trouxe o Poder Local Democrático, mais próximo dos cidadãos, composto por Mulheres e Homens com uma enorme vontade de transformar, melhorar a vida dos seus cidadãos, com altruísmo próprio que os caracteriza, e que sempre que necessário estão lá, a fazer o possível e impossível por cada um de nós.

Trouxe o direito à educação e a enorme transformação no ensino público, que se tornou universal, não discriminatório, e que é em si mesmo o garante de justiça social e de igualdade.

Trouxe o Serviço Nacional de Saúde, que trata todos de igual forma, não olhando à ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, conforme está estabelecido na nossa Constituição, mas que passa por um momento de ataque constante à sua essência.

Trouxe tantas outras coisas: o acesso à cultura, às artes e ao desporto. A igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Este ano, mais do que dizer o Abril que ainda está por cumprir, todos temos de celebrar estas e outras grandes conquistas de Abril, pois já começam a ser muitas as vozes que querem silenciar este dia, o dia mais bonito da nossa história. Abril será sempre uma festa. Abril será sempre para celebrar, e relembrar que temos hoje um país livre, justo e solidário, que acolhe e protege todos, todos, todos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, saúda os cinquenta e um anos do 25 de abril de 1974 e os cinquenta anos das primeiras eleições livres em Portugal e todas as conquistas que abril nos trouxe, que permitiram a construção da nossa democracia e de um país justo, livre e solidário.”

6.5.5 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS), para apresentar um “Voto de Saudação às atletas Sara Mendes e Amélia Yurieva do Clube Recreativa do Feijó (CRF) e à atleta Mariana Almeida da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP) – saudação estendida ao CRF e à SFUAP”;

6.5.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



No fim-de-semana de 5 e 6 de abril, Sara Mendes, ginasta do Clube Recreativo do Feijó, sagrou-se Campeã Nacional Júnior Absoluta, no Campeonato Nacional da 2.ª Divisão 2025 de Ginástica Rítmica, sendo vencedora na Prova do Arco e das Maças.

No escalão de juvenis, Amélia Yurieva, também atleta do Clube Recreativo do Feijó, alcançou o primeiro lugar em Juvenis, não tendo tido possibilidade de subir ao pódio por não ter nacionalidade portuguesa (a atleta é de nacionalidade ucraniana, tendo chegado a Portugal após a invasão russa ao país), situação que também reforça o Concelho de Almada como um Território de Muitos e gerador de oportunidades para todos.

Simultaneamente, e em representação da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, Mariana Almeida sagrou-se Vice-Campeã Nacional de Júniores.

No Concelho de Almada, a ginástica representa cerca de 9% da prática desportiva federada, sendo a terceira modalidade mais praticada, e uma das mais equitativas na sua distribuição de género, enquanto que apenas 25% dos atletas federados do concelho são mulheres, a proporção na ginástica é de 56%.

Os êxitos de Sara Mendes, Amélia Yurieva e Mariana Almeida revelam-se determinantes para a divulgação de uma modalidade que consideramos estratégica ao desenvolvimento desportivo integrado e inclusivo do Concelho. Por isso, torna-se imprescindível manter e reforçar continuamente os investimentos nos equipamentos municipais, verdadeiro pilar para potenciar a prática desportiva. Estes resultados demonstram também, mais uma vez, o esforço e competência de todos os atletas, treinadores e dirigentes do Clube Recreativo do Feijó e Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, que contribuem imensuravelmente para a promoção do desporto e atividade física no Concelho de Almada.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse uma saudação às atletas Sara Mendes, Amélia Yurieva e Mariana Almeida, pelos resultados alcançados, bem como, saudar o Clube Recreativo do Feijó e a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense pela excelência do trabalho desportivo desenvolvido e pela promoção da Ginástica.”

6.5.6 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Apoio da Câmara Municipal de Almada ao Banco Alimentar Animal”;

6.5.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Banco Alimentar Animal de Almada tem dado algum apoio a famílias em situação de vulnerabilidade e a cuidadores de animais. Este apoio garante que tutores e cuidadores tenham acesso a ração e outros bens essenciais para os animais ao seu cuidado, reduzindo assim casos de abandono e negligência.

Nos últimos anos, a crise económica agravou-se e, muitos destes cuidadores veem-se em dificuldades para garantir o bem-estar dos animais. O aumento da procura por ajuda e a diminuição de doações colocam em risco a continuidade deste trabalho essencial.

Para que o Banco Alimentar Animal funcione, é necessário que existam doações de alimento para os animais para que possam ser distribuídas de forma regular pelas colónias e cuidadores. Sabemos que essas doações oscilam no tempo e que nem sempre são regulares, pondo em causa o funcionamento deste Banco.

O envolvimento da Câmara Municipal de Almada neste esforço solidário é crucial para garantir que os animais em situação de vulnerabilidade continuam a ter acesso à alimentação regular e adequada. Além disso, o apoio da autarquia ao Banco Alimentar Animal com a doação de ração animal de forma regular, poderia incentivar a participação da comunidade e dos estabelecimentos locais em campanhas de doação, promovendo uma maior consciência sobre a importância da proteção animal.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

8.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1 - Apoie o Banco Alimentar Animal de Almada, garantindo doações regulares de alimento para animais, sendo estes depois distribuídos por cuidadores de colónias registadas, de acordo com as regras do próprio Banco sob responsabilidade da Provedoria do Animal, e por municípios carenciados e referenciados;

2 - Divulgue amplamente a existência do Banco Alimentar Animal e as formas de apoio disponíveis, sensibilizando a comunidade para a importância de contribuir para esta iniciativa.”

6.5.7 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Cuidados veterinários para de gatos de colónias registadas”;

6.5.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As colónias de gatos fazem parte da nossa cidade, são compostas por gatos cuja responsabilidade é do Município e são cuidadas por voluntários que, com recursos próprios, garantem a alimentação e os cuidados básicos dos animais. O Programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) tem sido um passo importante para o controlo da população felina, mas os cuidados necessários vão muito além da esterilização.

Atualmente, os cuidadores enfrentam muitas dificuldades para garantir que os gatos de colónias têm acesso a assistência veterinária em situações de doença ou acidente. Muitas vezes, o custo elevado dos serviços veterinários torna-se uma dificuldade para que estes animais recebam o tratamento adequado, colocando em risco a saúde dos gatos, eventualmente a saúde pública e colocando os cuidadores numa situação difícil, muitas vezes tendo de pagar do próprio bolso o tratamento veterinário bastante dispendioso com gatos que são da responsabilidade da Autarquia, uma vez que vivem na rua e não têm detentor.

Para assegurar que os cuidadores possam continuar este trabalho essencial de forma mais estruturada e apoiada, é fundamental que o município encontre uma forma de assegurar o atendimento veterinário, acessível e funcional para os animais de colónias registadas, seja através do serviço veterinário municipal, seja através de protocolos com entidades privadas que façam o atendimento a gatos de colónias doentes ou acidentados.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1 - Assegure que os gatos de colónias registadas têm acesso aos cuidados veterinários necessários em caso de doença ou acidente, de forma gratuita ou a um custo reduzido, seja através de protocolos com entidades privadas, seja através do serviço veterinário municipal;

2 - Divulgue amplamente as regras e os procedimentos para que os cuidadores possam recorrer a este apoio sempre que necessário.”

6.5.8 – O Senhor Deputado Municipal António Olaio da Silva (CDU), para apresentar uma Moção “Pelo restabelecimento da circulação e usufruto no Cais do Ginjal;

6.5.8.1 – O Senhor Deputado Municipal António Olaio da Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Cais do Ginjal, situado ao longo da falésia da arriba fóssil de Almada, é historicamente um local de grande atividade humana e económica, que ali se estruturou e desenvolveu não obstante a exposição do local aos elementos, por vezes extremos, da natureza.

Esta particularidade nunca impediu os almadenses de usufruir daquele espaço, mesmo quando registado algum percalço da natureza, sempre tiveram estes a capacidade para recuperar para si aquele espaço. Em alguns casos, os almadenses e os então responsáveis pela gestão da coisa pública, não apenas tiveram capacidade para remendar as feridas, como tiveram a ousadia de prevenir o seu aparecimento; é disso exemplo o paredão em betão instalado sob a fábrica de óleo de fígado de bacalhau, ou o paredão construído sob a Casa da Cerca.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8

Foi preocupação da CDU, durante o período em que geriu o Município de Almada, a procura de soluções para que a população de Almada, e quem nos visita, pudesse usufruir em segurança o Cais do Ginjal, tendo consciência do valor paisagístico e turístico do local e da sua mais-valia cultural e patrimonial, após o período industrial e comercial ter terminado por volta da década de 90 do século passado.

Nesse quadro, foram concretizadas diversas obras para valorizar e dar mais segurança a todo aquele espaço:

- A obra de consolidação da falésia por baixo da Casa da Cerca e do jardim do Castelo.
- A construção do Jardim do Rio e do elevador da Boca do Vento.
- A recuperação e reabilitação da Fonte da Pipa.
- A recuperação e reabilitação das construções onde se instalou o Museu Naval.
- A reabilitação das escadas da Boca do Vento.
- A reabilitação do próprio Cais do Ginjal, com a consolidação do piso ao longo de toda a sua extensão, assim como colocação de guardas e a iluminação.

O Cais do Ginjal, com estas obras ganhou segurança, qualidade urbana e capacidade de atração turística.

Porém, nos últimos anos, o atual Executivo não teve a preocupação de fazer face à natural degradação daquele território, pelo que chegámos à situação atual.

É evidente que não ignoramos que a responsabilidade pela manutenção e reabilitação daquele espaço, cabe essencialmente aos privados que detêm as propriedades, e à Administração do Porto de Lisboa enquanto entidade pública com jurisdição naquela área do território.

No entanto, não ignoramos, igualmente, que compete ao Município de Almada, e à sua Câmara Municipal em concreto, a responsabilidade de pugnar para que este território possa constituir-se como um bem destinado ao usufruto dos almadenses e dos cidadãos, que de qualquer parte do mundo visitam o Concelho.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

- Recomendar que a Câmara Municipal de Almada desenvolva todas as diligências junto das entidades privadas proprietárias dos terrenos, e junto da Administração do Porto de Lisboa enquanto entidade com competência jurisdicional sobre aquele território, para que em conjunto, desenvolvam uma adequada estratégia para a reabilitação e proteção daquele espaço;
- Recomendar igualmente à Câmara Municipal que, no âmbito das suas competências e responsabilidades, desencadeie os mecanismos adequados, junto dos proprietários ou por si própria, para realojamento urgente das pessoas que viviam em condições degradantes naquele local, nalguns casos há mais de três décadas;
- Recomendar finalmente à Câmara Municipal, face a uma eventual falta de resposta daqueles responsáveis, privados e públicos, e tendo em conta a necessidade urgente de intervenção naquele território, que recorra a todos os mecanismos institucionais e legais ao seu dispor, no sentido de executar a própria Câmara Municipal as obras que assegurem o uso daquele território, exigindo posteriormente às entidades responsáveis o ressarcimento do investimento realizado."

6.5.9 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Rodrigues Gonçalves (CDU), para apresentar uma "Saudação ao 1.º de Maio";

6.5.9.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Rodrigues Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais);

O País continua marcado por uma profunda injustiça na distribuição da riqueza criada pelos trabalhadores. O patronato usa a legislação laboral para aumentar a exploração, boicotar a contratação coletiva e atacar direitos.

Os cinco maiores bancos a operar em Portugal registaram, em 2024, um lucro diário de 13.900.000.00€ (treze milhões e novecentos mil euros); a EDP e a GALP acumularam, por dia, 5.100.000.00€ (cinco milhões e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

quinhentos mil euros) de lucros; empresas como a Navigator, Semapa, ou Corticeira Amorim, arrecadaram 1.800.000.00€ (um milhão e oitocentos mil euros) por dia, também em lucros.

A Saúde está a ser transformada num negócio. A transferência, prevista no Orçamento de Estado, de mais de metade do orçamento do Serviço Nacional de Saúde para grupos privados que hoje é uma realidade, será agravada pelo anúncio do governo em gestão, da intenção de celebração de parcerias público privadas para entrega da gestão de cinco hospitais e cento e setenta e quatro centros de saúde aos grupos privados, entre os quais o Hospital Garcia de Orta.

Os custos da habitação estão incomportáveis, crescendo todos os dias o número de famílias a viver em condições indignas, de que é exemplo, no nosso Concelho, o bairro de Penajoia. São cada vez mais os trabalhadores que empobrecem apesar de trabalhar, muitos deles mesmo a trabalhar a tempo inteiro.

O não cumprimento dos horários de trabalho, o alargamento do trabalho por turnos, o trabalho ao domingo perfeitamente dispensável, a necessidade de recorrer a mais que um emprego para poder fazer face a uma vida mais digna, constituem impedimentos a viver a vida na sua plenitude – acompanhar o crescimento dos filhos, o envelhecimento dos pais, participar na vida política local e nacional, usufruir da cultura, como meio de enriquecimento humano.

O 25 de Abril, que este ano comemora cinquenta e um anos, não foi feito para isto. Foi feito para que o Povo Português e todos aqueles que hoje rumam ao nosso País à procura de uma vida melhor, usufruam de salários dignos, direitos laborais que protejam quem trabalha, um Serviço Nacional de Saúde Universal e gratuito, uma Escola Pública gratuita e de qualidade, um sistema de Segurança Social Universal e Solidário, que proteja os trabalhadores na doença, no desemprego, que garanta uma pensão digna e que proteja a pessoa na deficiência; que tenham acesso a uma habitação para si e para a sua família, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar; gratuidade das creches para as crianças; uma rede pública de transportes eficaz, que sirva quem trabalha e que contribua para a diminuição de gases com efeito de estufa.

Porque isto não pode continuar assim, porque são sempre os mesmos a pagar os desmandos de quem nos tem governado, precisamos de fazer ouvir a nossa voz, através da luta dos trabalhadores, que assumem o papel determinante no desenvolvimento económico do país e um papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, mas também através do voto.

No próximo dia 18 de maio realizam-se eleições para a Assembleia da República. Quem trabalhou uma vida inteira e quem hoje trabalha, tem a oportunidade de derrotar quer a política de direita quer as forças e projetos reacionários, e para abrir as portas de novo ao Projeto de Abril.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1 - Apelar à participação na Jornada de Luta do 1º de Maio de 2025, por melhores salários e pensões, pela dignificação de quem trabalha!"

6.5.10 – A Senhora Deputado Municipal Inês Pezarat Bom (BE), para apresentar uma “Saudação ao 1.º de Maio”;

6.5.10.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O 1.º de Maio, celebrado mundialmente como o Dia do Trabalhador, é uma data histórica que assinala as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, pelos direitos laborais, pela justiça social e pela dignidade humana.

Esta data remonta à greve geral de 1886 em Chicago, onde milhares de trabalhadores se mobilizaram pela jornada de oito horas de trabalho, culminando em momentos trágicos, mas também decisivos para o reconhecimento dos direitos laborais.



2.

Em Portugal, o 1.º de Maio representa também a força e a esperança dos trabalhadores ao longo de décadas de resistência e reivindicação, tendo sido assumido com plena liberdade após o 25 de Abril de 1974, como símbolo de liberdade e solidariedade.

Hoje, num tempo em que persistem desigualdades salariais, precariedade laboral, desequilíbrios na distribuição da riqueza e novos desafios decorrentes da transformação tecnológica, a valorização do trabalho e dos trabalhadores é essencial para uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de Abril delibera:

1. Saudar todas e todos os trabalhadores do Município, do país e do mundo, reconhecendo o seu contributo indispensável para o desenvolvimento económico, social e humano;
2. Reafirmar o compromisso com os valores do trabalho digno, da igualdade, da justiça social e da solidariedade, pilares fundamentais de uma sociedade democrática e coesa;
3. Apelar à mobilização e participação cívica no 1.º de Maio, como forma de homenagear as lutas do passado e de afirmar as exigências do presente e do futuro, em defesa dos direitos laborais e da dignidade no trabalho.

Delibere-se enviar esta moção às organizações sindicais locais, às instituições representativas dos trabalhadores, e divulgar publicamente no sítio da Assembleia Municipal.”

6.5.11 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires da Silva (CDU), para apresentar uma Moção “Pelo regresso da AMARSUL à esfera pública”;

6.5.11.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires da Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 março veio aprovar o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF), empresa corresponsável com os Municípios pela recolha, tratamento e valorização da maior parte dos resíduos em Portugal.

Foram então criados sistemas multimunicipais para gestão de resíduos, de participação obrigatória para os Municípios que assumiram 49% do capital social, ficando a Empresa Geral de Fomento (EGF), maioritária com os restantes 51%. Os Municípios foram igualmente obrigados a transferir as suas competências e responsabilidades legais para aqueles sistemas, com a garantia de que a EGF se manteria integralmente na esfera pública.

O processo de privatização da EGF, decidida pelo governo PSD/CDS, traiu a confiança dos Municípios portugueses, não tendo sequer sido permitido aos Municípios a aquisição da maioria do capital desses sistemas.

Esse desrespeito pela autonomia do Poder Local Democrático tem sido a prática de sucessivos governos do PS e do PSD/CDS: entregar a gestão aos privados, e impor uma política tarifária em que a entidade reguladora fixa as tarifas e preços e os Municípios são obrigados a cobrá-los aos munícipes.

Por se tratar de um direito humano fundamental, com influência direta na qualidade de vida e saúde das populações e na criação de padrões ambientais de qualidade, o setor dos resíduos é um setor estratégico que deve permanecer integralmente na esfera da responsabilidade pública.

O processo de privatização da EGF, e por consequência da AMARSUL, foi um grave erro, que conduz os Municípios e as populações a pagar o lucro de empresas privadas, para terem acesso a serviços essenciais.

Assim, considerando que:

- a) A recolha, valorização e tratamento de resíduos é um serviço essencial à qualidade de vida das populações que não pode ser entregue a interesses meramente lucrativos;
- b) A privatização de 51% do capital social da AMARSUL conduziu ao aumento das tarifas, acompanhado por uma evidente desvalorização e degradação do serviço prestado, e à degradação das condições de trabalho dos trabalhadores;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- c) A privatização da EGF se concretizou à revelia dos estatutos, do acordo de acionistas da AMARSUL, do parecer negativo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e em frontal desrespeito pela vontade dos municípios.

O Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Reafirmar a sua firme defesa do Serviço Público nos setores essenciais para a qualidade de vida das populações – como é o da valorização e tratamento de resíduos; como garante de serviço de qualidade e sustentável, em defesa de um Direito Humano Fundamental e necessidade da população e direitos dos trabalhadores;
2. Exigir ao Governo a aplicação do Subsídio de Penosidade e Insalubridade e a valorização salarial das carreiras profissionais dos trabalhadores da AMARSUL;
3. Exigir ao Governo que promova o regresso da AMARSUL à esfera pública, revertendo a privatização da EGF e, consequentemente, da AMARSUL;
4. Contestar os aumentos de tarifas e preços definidos pela ERSAR e pelo Governo, como sucedeu para este ano de 2025;
5. Defender a autonomia do Poder Local, exigindo respeito pelas atribuições e competências que lhe estão conferidas pela Lei das Autarquias e pela Constituição da República Portuguesa.”

6.6 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), Paulo Alexandre Sabino (PSD), João Eduardo Geraldes (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.6.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O tempo sendo escasso e não me podendo dedicar em pleno a todas as moções apresentadas, e teríamos muito a dizer naturalmente, a Câmara Municipal associa-se a todos os votos de pesar pelo falecimento do Papa Francisco e naturalmente à saudação do Dia do Trabalhador e do 25 de Abril.

Relativamente se me permitem, gostaria de focar relativamente à questão do Cais do Ginjal. Temos aqui duas moções muito diferentes no estilo e também no conteúdo e eu tentarei poder responder às duas.

Relativamente à moção da CDU que conhece muito bem a situação do Cais do Ginjal, até porque o Plano de Pormenor foi iniciado em 2009, ainda na gestão da CDU, a única coisa que podemos responder é que praticamente tudo o que aqui é recomendado já foi feito. Recomendar que a Câmara Municipal de Almada desenvolva todas as diligências junto das entidades privadas, proprietários dos terrenos junto da APL, enquanto entidade competente jurisdicional sobre aquele território para que em conjunto desenvolva uma adequada estratégia para a reabilitação e proteção daquele espaço, não temos feito nós outra coisa nas últimas três semanas senão isso mesmo, até devido à situação de alerta. E mais, eu devo dizer que o Plano de Pormenor e tenho aqui comigo, porque pelos vistos há quem ande esquecido, tenho aqui a cronologia do Plano de Pormenor, e que tenho todo o gosto em relembrar, porque uns não sabem, são demasiado novos e pelos vistos a informação não flui para aquele lado. Outros têm uma amnésia permanente em certos assuntos. E deixem-me dizer que, a deliberação que determinou a elaboração do Plano data de 2009. E que demorou bastante tempo até terem uma versão do Plano, e em 2011, foi realizado um fórum de participação pública para o Plano. Em 2013, houve a entrega da proposta do Plano de Pormenor do Cais do Ginjal; em 2015, houve uma reunião de trabalho com entidades representativas do interesse público para apresentação de uma nova proposta do Plano, a reunião de trabalho com os proprietários para apresentação da proposta do Plano; em 2016 houve uma conferência procedimental do Plano, tudo isto demorou muito tempo; em reunião de Câmara de 27 de setembro de 2016, a Câmara Municipal delibera remeter a proposta do Plano à CCDR, para agendamento de conferência procedimental; em 2017, houve a abertura do período de discussão pública, foi no âmbito do período de discussão pública que houve as eleições e que nós assumimos a Câmara Municipal de Almada, prosseguimos essa discussão pública; em 2018, houve o final da consulta pública, e é aprovada para efeitos de publicitação do relatório de ponderação de discussão pública do Plano de Pormenor do Cais do Ginjal; em 2020, vem a esta



Assembleia Municipal e é aprovado o plano e a subsequente publicação; em 2021 é publicado o Plano de Pormenor e aí começam as ações judiciais. Começam exatamente no momento em que uma vez tudo saldado, tudo resolvido, tudo pacificado, todas as entidades auscultadas, desde as populações, até às entidades públicas, aí a APA decidiu pôr em Tribunal, contestando as questões dominiais. A questão que se pode colocar é: então, mas afinal iniciaram um Plano, definiram os termos, contratualizaram o plano, definiram com os privados o plano, e nunca se lembraram de resolver a questão dominial antes? É depois do Plano publicado, que surge a questão dominial? Não nos passaria pela cabeça que esta questão não estivesse resolvida, mas não estava, era a forma como se trabalhava. Avançasse com um projeto durante uns anos, faz-se muitas reuniões, muitas consultas, muita coisa, muito anúncio, muita aprovação e depois esquecemo-nos de algo fundamental que é garantir a questão dominial. E é nisto que estamos desde 2021.

Em 2022 houve uma primeira sentença, que atribui a propriedade privada ao Grupo APA e Tejal, exceto para dois imóveis. A APA reclamando o domínio público marítimo, faz recurso e volta em 2023, há um acórdão do Tribunal da Relação transitado em julgado em setembro de 2023, que confirma a primeira decisão. Neste momento, há dois imóveis no Ginjal que ainda estão, onde foi exigido aos proprietários que fizessem a chamada prova diabólica, ou seja, que aquilo já era propriedade privada antes de 1951 e até anterior, e é isso que os proprietários, aliás, contratando historiadores locais, consultando arquivos, vendo todo o processo da forma como aqueles terrenos têm vindo no último século e meio quase, a ser dividido para demonstrar, que não, aquilo não é domínio público marítimo. Até vos posso dizer mais, a decisão do Tribunal é tão extraordinária, porque reconhece ao rio, reconhece a primeira fila de imóveis como sendo imóveis privados e depois como todos sabemos, o domínio público salta por cima de edifícios e vai-se reinstalar, volta a haver mar e rio ao lado da arriba, por trás dos prédios. É esta a realidade do processo que está em Tribunal.

Portanto, a moção da CDU prima pelo cinismo, basicamente é o cinismo. Outra coisa é a situação de urgência que nós vivemos, devido de facto, e eu acho extraordinário todo o elencar supostamente das grandes obras que foram feitas, só não mencionam uma coisa: se o Ginjal era já na altura tão importante para Almada, porque é que a Câmara Municipal nunca na altura da CDU, porque é que nunca lhe passou pela cabeça, ou exercer um direito de preferência ou até expropriar? É porque os problemas tinham acabado nessa altura. De facto, foram fazendo uma obrinha aqui, uma obrinha ali, tapando uns buracos aqui, mas assumir a verdadeira responsabilidade da gestão do território, isso nunca. E por isso é que nós temos a nossa frente ribeirinha toda, propriedade do município, da responsabilidade do Município, sabem o que é? É pouco, é Cacilhas quando não está sobre a jurisdição da APL e foi o único sítio onde já conseguimos fazer obras. Foi o único sítio onde nós conseguimos fazer obras, foi o único sítio onde a Câmara Municipal de Almada tem algum poder por decisão política dos anteriores executivos da Câmara Municipal de Almada.

Agora, a recomendação do PSD, então aí eu vou ter que explicar o que é um Plano de Pormenor, eu penso pela cronologia já perceberam o que é que isto significa, a complexidade que há, a situação que existe. Mas eu não tenho tempo para explicar aos Senhores Deputados do PSD o que é um Plano de Pormenor, para que é que serve, o que é que faz, qual é o valor que tem. Quando me dizem, querem saber que estudos e planos, está tudo no site da Câmara Municipal. Tudo. Já me vieram dizer que o site é complicado, eu vou pedir a um informático da Câmara Municipal, que vai ensinar aos Senhores Deputados Municipais do PSD, como aceder ao site da Câmara Municipal, que é para ter a certeza que conseguem aceder à informação, porque realmente pelos vistos é muito complicado, não conseguem aceder à documentação.

Depois, tem uma coisa extraordinária, também querem saber qual é a participação da Câmara Municipal de Almada nos projetos que o vosso Governo apresentou. Eu posso dizer e já o disse várias vezes, nós Câmara Municipal de Almada, estamos a desenhar um novo PUAM - Plano de Urbanização de Almada Nascente, para a zona da Lisnave, porque é óbvio que esse plano que também foi feito pela Câmara Municipal de Almada, que já na altura custou quase 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) é impossível de fazer. Também se esqueceram de algumas coisinhas na altura, quando fizeram o Plano da Lisnave, esqueceram-se de fazer um estudo de estrutura, esqueceram-se de fazer um estudo de mobilidade, desenharam o famoso Túnel do Brejo que tinha um início, mas que não tinha fim, não sabíamos para onde é que ia sair, era ali algures no Centro Sul, e eu desafio qualquer



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deputado Municipal da CDU a explicar-me onde é que é a saída do Túnel do Brejo, gostaria de saber. Mas isso é a forma como era feito.

Agora temos uma nova versão que é o PSD. O PSD quer agora fazer, uma consulta para ver o que é que se vai fazer na Margueira e no Ginjal, vamos agora arrasar tudo, deitamos tudo abaixo, o PUAM, o Plano de Pormenor do Ginjal, vai tudo arraso, porque agora há um jovem Deputado Municipal do PSD, que não falam pelos vistos, com os mais velhos nem com os Vereadores, nem com ninguém, isso é lá entre eles, nós não nos metemos nisso, mas têm assim umas ideias, a malta reúne-se e vai aqui discutir o que é que havemos de fazer. Senhores Deputados, o povo português que é sábio, diz: “quando não se quer fazer as coisas criam-se uns grupos de trabalho”. É basicamente o que os Senhores Deputados Municipais do PSD estão a fazer.

Agora, que diligências efetuadas no âmbito do projeto anunciado pelo Governo para os terrenos na Lisnave? Senhores Deputados, o que eu posso dizer é: nós entregamos ao Governo uma proposta de revisão do Plano, não precisamos de o fazer, é em termos de boa solidariedade institucional ao atual Governo e é com espanto que somos confrontados com um anúncio, que é uma versão mais colorida da proposta que fizemos. Não nos perguntaram se concordávamos, achamos curioso, porque os Planos de Urbanização ainda são competência dos Municípios. Achamos curioso, mas quem sou eu para recusar a hipótese de uma grande obra à beira Tejo. O que vos posso dizer é: eu sei o que a Câmara municipal está a trabalhar e sei o que a Câmara Municipal apresentou e que será apresentado nas instâncias próprias, aos Senhores Vereadores, à Câmara Municipal, com todo o procedimento necessário em devido tempo. Agora, se querem saber informações do Governo, perguntem, se falarem entre partidos ou alguém, se conseguirem falar com alguém entre vocês, são capazes de ter mais informações do que nós.”

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vamos votar favoravelmente a quase totalidade das propostas apresentadas hoje em Plenário, mas gostaríamos de salientar determinados pontos relativamente a algumas delas.

No que se refere à moção do PSD “Pela Requalificação Urgente do Cais do Ginjal e da Antiga Área da Lisnave”, surgiu-nos uma dúvida: trata-se de uma moção ou de um requerimento? O primeiro ponto deliberativo pede um conjunto de documentos e informações, algo mais comum num requerimento do que numa moção.

Não obstante, tendo o PSD saído do executivo há meia dúzia de dias, pensámos que o PSD teria toda essa informação.

Mas afinal, o que andaram a fazer no executivo durante sete anos?

Pelo teor das perguntas realizadas, ou fizeram muito pouco nestes sete anos, ou então muito pouca informação transmitida por parte do Vereador do PSD ao Grupo da Assembleia Municipal.

Achamos, contudo, as questões pertinentes e consideramos que deverão ser respondidas urgentemente pelo executivo, pelo que iremos claramente votar a favor da moção/requerimento.

Relativamente à moção “Apoio da Câmara Municipal de Almada ao Banco Alimentar Animal”, apresentada pelo PAN, solicitamos a votação da parte deliberativa ponto por ponto.

No que concerne ao ponto 1: tal como o Banco Alimentar, o Banco Alimentar Animal deve, de forma autónoma, procurar apoios e donativos para a sua causa, não ficando dependente de qualquer organismo público, até para garantir a sua existência.

Pelo que, apesar de concordarmos que a Câmara Municipal de Almada, pontualmente, realize donativos, deve procurar-se o apoio de outros patrocinadores.

Relativamente ao ponto 2: somos a favor, porque a Câmara Municipal de Almada, através da divulgação e criação de pontes, poderá ajudar nesta iniciativa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2.

Ainda no que se refere à proposta “Cuidados veterinários para gatos de colónias registadas”, o Partido CHEGA afirma, mais uma vez, que sendo os gatos responsabilidade do Município, devem os mesmos, quando necessitem de cuidados, ser entregues no CROA, para que lhes sejam prestados os cuidados necessários. O CHEGA votará a favor, pois a proposta assenta naquilo que defendemos.

No entanto, não deixa de ser irónico e até um pouco hipócrita, que alguns partidos reconheçam que os sistemas públicos colapsaram e que, para os animais, já se pondere, e bem, apresentar propostas de complemento privado, mas quando toca às famílias e às pessoas, continuam a fechar os olhos e a permitir partos em ambulâncias à procura de um hospital.

Por último, e não menos importante, antes pelo contrário, vamos associar-nos à saudação às atletas Sara Mendes e Amélia Yurieva, do Clube Recreativo do Feijó (CRF), e à atleta Mariana Almeida, da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP).

A saudação estende-se, naturalmente, ao CRF e à SFUAP, com todo o nosso agradecimento pelo trabalho, esforço e dedicação demonstrados.”

6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP, neste ponto da ordem de trabalhos vai votar favoravelmente todos os documentos com a exceção da moção da CDU acerca da AMARSUL.

Depois relativamente a duas moções em concreto, que têm a ver com a reabilitação do Ginjal.

Durante muitos anos o CDS-PP em Almada alertou para a falta de resolução deste espaço no nosso território. Evidentemente, que já foi um território de excelência, onde tinha empresas, onde tinha riqueza, onde criava emprego, e, portanto, chegamos ao estado que chegamos.

Senhora Presidente, evidentemente que, a CDU já lá vai. A Senhora Presidente está a governar este Concelho, vai terminar o 2.º mandato. E a Senhora Presidente fala como se tivesse desconhecimento de causa, e fala como se realmente não tivesse qualquer responsabilidade pelo território. Aliás, a Margueira é a mesma coisa. A Senhora Presidente costuma ir lá fora dar uns passeios, tentar promover o Concelho, tentar trazer riqueza, mas Senhora Presidente, até agora foi zero. Não trouxe nada para o Concelho. Se calhar não tem astúcia, se calhar não sabe promover o Concelho.

A Senhora Presidente falou aqui também que, fazia uma obra aqui, uma obra ali, Senhora Presidente tem obra zero no espaço. Que há partidos, nomeadamente, o partido que foi em coligação com o PSD, tinham algumas ideias, Senhora Presidente o território em ideias tem zero. Depois, que é necessária uma clarificação jurídica, é necessária vontade política quer dos governos, quer das autarquias, quer da Grande Área Metropolitana relativamente a estes territórios. Com certeza que sim. Mas a Senhora Presidente não tem ideias para o território, como não tem ideias para a Margueira. Mas, estamos em época de eleições autárquicas, eleições legislativas, será que mais uma vez vamos ver a Senhora Presidente de braço dado com o líder Pedro Nuno Santos, se calhar vão-se afundar exatamente como o Ginjal, se calhar vamos ver Senhora Presidente, portanto veja bem as companhias.

Senhora Presidente, aquilo que novamente nós aqui vamos deixar como desejo, faça aquilo por Almada, faça o que os almadenses esperam de uma Presidente de Câmara, que é trabalho, é trabalhar, é dedicação e não estar constantemente a colocar as culpas nos outros.”

6.6.4 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Sabino (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, agradeço o elogio em nome da bancada do PSD, somos novos.

Em relação ao apagão político da bancada do Partido Socialista, não vou comentar, mas relativamente ao apagão do executivo da Câmara Municipal, devo-lhe dizer que as competências de um Deputado Municipal é escrutinar,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

recomendar, sugerir. É para isso que aqui estamos. Nós não fazemos parte do executivo e não fazemos parte do Governo da República.

O site. As informações até podem ser públicas, mas isso não significa que estejam acessíveis. O site não é muito acessível, não é fácil, não é intuitivo. O que nós pretendemos é apenas uma compilação de toda a informação desde a Lisnave até ao Ginjal.

No fim, faça outra recomendação: aproveite e faça um vídeo também para o Instagram e diga isso aos almadenses: “vão ao site”.

6.6.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal deu-nos há momentos, mais um exemplo de como os textos e as ideias que a CDU aqui traz a incomodam e por isso fica irritada.

A propósito da moção que a CDU aqui traz sobre o Cais do Ginjal, fez uma lista enorme de atos, de iniciativas e de concretizações naquele espaço, omitindo algumas e desvalorizando outras, mas fez. Mas esqueceu-se que no texto da CDU, a questão fundamental não foi aquela que a Senhora Presidente se preocupou. A questão fundamental do texto da CDU é o ponto 3 da parte deliberativa. E sobre isso a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse: nada. Portanto, ficamos a saber que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não assume resolver o problema do Cais do Ginjal. E isto é grave, a Senhora Presidente não assume uma responsabilidade enquanto gestora do território do Município e isto é grave.

E a Senhora Presidente vai-me permitir, mas eu vou-lhe devolver integralmente, o epíteto cínico que a Senhora Presidente dirigiu à CDU: Cínica é a Senhora. Cínica é a Senhora ao dizer que a CDU não promoveu a expropriação daqueles terrenos. É cínica porque a Senhora está a fazer campanha eleitoral pura e simplesmente. Porque a Senhora sabe que não pode fazê-lo, e sabendo que não pode fazê-lo, vem acusar os outros de não terem feito. Isto é cinismo puro.

Senhora Presidente, mais uma vez, ficamos esclarecidos, felizmente, ficamos esclarecidos relativamente aquilo que a Senhora pensa relativamente a esta matéria.

Depois sobre os documentos que estão em discussão e relativamente ao documento n.º 1 apresentado pelo PSD, sobre a atribuição de calculadoras científicas a alunos do Ensino Secundário, vamos votar a favor, mas gostaríamos que fossem consideradas algumas clarificações do texto.

Em primeiro lugar, o que significa exatamente a expressão: “mais carenciada”? A Lei estabelece relativamente à situação de carência das famílias, e a expressão “mais carenciados”, não corresponde a nenhum critério previsto na Lei. Era interessante que o texto pudesse respeitar aquilo que a Lei estabelece nesta matéria.

Depois importaria também, clarificar o que se pretende alcançar quando se recomenda: “o estudo da extensão desta medida a outros níveis de ensino”, aqui julgamos que as calculadoras científicas são importantes para o Ensino Secundário e ponto final, nem antes do Ensino Secundário são importantes, nem depois, na Universidade.

E o que é que se pretende também com a expressão: “outros contextos educativos”? Esta sendo particularmente grave para a CDU, porque “outros contextos educativos” pode significar também o ensino privado.

De resto, pensamos que esta pode ser uma medida interessante de apoio social a alunos e famílias do nosso Concelho.

Relativamente ao ponto 8 da recomendação apresentada pelo PAN. Os programas que o PAN aqui nos fala são tipificados pela Lei, a Lei 27/2016, e a Portaria 146/2017, e o que está em causa é exatamente, o cumprimento rigoroso daquilo que está nestas duas Leis. Sabemos que há quinhentas colónias de gatos registadas no Concelho de Almada. A pergunta que aqui deixamos é quantas destas colónias é que estão autorizadas pela Câmara Municipal nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, da Portaria que acabei de referir?



8.

Nós entendemos, que é pela regulamentação destes programas que está prevista na Lei, que devemos caminhar, daí vamos votar em abstenção a proposta do PAN.”

6.6.6 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS) para uma interpelação à Mesa, nos termos do artigo n.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal.

6.6.6.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu peço desculpa por fazer esta interpelação à Mesa, para não estar a fazer uma defesa da honra.

Eu acho que há alguns limites de linguagem que estão a ser ultrapassados. Uma coisa é dizer que há uma atitude cínica, ou um exercício de cinismo, outra coisa é uma acusação pessoal, individualizada “você é cínica”. E eu acho que tanto do lado da CDU, como do lado do CDS, eu gosto muito do debate político, mas eu apelava ao Senhor presidente para estar um pouco atento, porque há uma série de intervenções, eu não gostaria de estar sistematicamente a fazer “defesas da honra” há uma série de intervenções que já estão mesmo a roçar o insulto. E apelo ao Senhor Presidente para lembrar aos Senhores Deputados Municipais que se pode debater tudo, com mais ou menos vigor, mas os insultos normalmente ficam na taberna e não nesta casa.”

6.6.6.2 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, o entendimento da Mesa é que neste debate não se excedeu nenhum desses limites. Ainda assim, qualquer um dos oradores que sente a sua honra ofendida pode pedir a palavra e solicitar uma defesa da honra.”

6.6.6.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) em Defesa da Honra nos termos do n.º 2, do artigo n.º 55, do Regimento da Assembleia Municipal.

6.6.6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pedi a palavra para defesa da honra, exatamente por aquilo que o Senhor Presidente acaba de dizer, é que nenhum dos limites foi ultrapassado por mim, naquilo que eu disse relativamente à matéria que abordei. Nenhum dos limites admissíveis.

Agora, não se pode dizer o mesmo da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e a Senhora Presidente vai defender a honra outra vez, não se pode dizer o mesmo quando a Senhora Presidente da Câmara trata os Deputados Municipais como meninos, como ignorantes, em contraponto aos Senhores Vereadores que sabem tudo. Isso é que é ultrapassar os limites e foi isso que a Senhora Presidente fez há pouco em relação aos Deputados Municipais do PSD. Isso não é aceitável.

Agora, eu não ultrapassei qualquer limite do bom senso ou qualquer limite do aceitável.”

6.6.6.4 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), em Defesa da Honra nos termos do n.º 2, do artigo n.º 55, do Regimento da Assembleia Municipal.

6.6.6.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aqui em Almada vê-se tudo, vê-se a CDU a defender a honra do PSD, o que vale é que isto é sempre uma caixinha de surpresas.

Se há coisa que não faço, é minorizar ninguém, agora, se o Senhor Deputado Municipal João Galdes, não consegue distinguir a diferença em dizer que há um ato de cinismo e você é um cínico, eu não lhe sei explicar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foi isso que o Senhor Deputado Municipal fez, e que disse claramente: “a Senhora Presidente é cínica”, então ao menos tenha a consciência do valor das suas palavras.

Do que o Senhor Deputado Municipal diz, eu já espero tudo e, portanto, já tenho uma grande capacidade de ir assimilar e manter a cabeça fria. Agora, pelo menos saiba assumir os termos que usa, as atitudes que toma e aliás, a forma como distorce sistematicamente a verdade como acabou de o fazer.”

6.6.7 – Na continuação do debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Ana Margarida Lourenço (PS), Inês Pezarat Bom (BE), Beatriz Leal Ferreira (PSD) e Margarida Ramires Paulos (PAN).

6.6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não faço uma defesa da honra porque não me ofende a honra quem quer, portanto, é preciso ter categoria para me ofender a honra.

Portanto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros, convive muito mal com a crítica e sobretudo convive muito mal com a crítica verdadeira. Portanto, utiliza aqui uma espécie de stand up comedy, para tentar animar e para tentar ridicularizar os outros.

Senhora Presidente, eu também estudei ciência política e marketing político não sei se é daí que aprendeu ou não. Mas, da parte do CDS-PP vai ter oposição até ao fim.”

6.6.7.2 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente para dar a indicação do sentido de voto do Partido Socialista relativamente aos documentos apresentados.

Votaremos a favor dos documentos apresentados sobre o 1.º de Maio, votaremos a favor da recomendação do PAN, de apoio da Câmara Municipal ao Banco Alimentar Animal, pode ser um projeto piloto que poderá ter o seu início, votaremos contra a recomendação dos cuidados veterinários para os gatos das colónias registadas e por um motivo muito simples, se estão recordados na última Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, votamos aqui o Regulamento de Atribuição do Cheque Veterinário, esse Regulamento que esteve em consulta pública teve a proposta do PAN para que fosse incluído exatamente aquilo que está aqui nesta recomendação. Na altura essa proposta não foi aceite e o Regulamento foi votado nesses termos. Consideramos que, não fará sentido estar agora a fazer uma espécie de adenda reversão ao Regulamento que passou por todo o seu processo legal e que já está devidamente aprovado.

Relativamente à moção apresentada pela CDU, sobre a AMARSUL, nós vamos pedir que a votação possa ser feita por pontos.

Por último, e julgo que também é importante falar aqui sobre esta moção de apoio à aquisição das calculadoras gráficas para os alunos do Ensino Secundário.

Subscrevendo algumas das considerações que foram aqui feitas pelo Senhor Deputado Municipal da CDU João Galdes, mas para além dessas questões que foram levantadas, há uma coisa muito importante, acho um pouco imprudente, nós estarmos a aprovar uma moção que implica uma despesa específica, que como todos sabemos não está cabimentada, neste momento o orçamento da Câmara Municipal é aquele que estava previsto para 2024, e não havendo qualquer alteração, não há cabimento orçamental para aceder a esta recomendação, pelo que consideramos que ela é extemporânea, motivo pelo qual iremos votar obviamente contra.

Só mais uma questão de curiosidade, achei de alguma forma alguma piada à expressão que aqui foi utilizada pela Senhor Deputado Municipal Paulo Sabino, quando disse que a informação é pública, mas não está acessível. E eu por momentos, achei que o Senhor Deputado Municipal se estivesse a referir à informação que ontem o Governo começou a pôr a partir das 16H00, nas redes sociais, quando já ninguém do país tinha acesso a



2.

comunicações móveis, nem comunicações de internet. Essa sim, era informação pública, mas não estava acessível. Agora quanto ao site da Câmara Municipal, ele inclusivamente tem acessibilidades, muito facilmente se consegue lá chegar. E mais Senhor Deputado, como Deputado Municipal, tem outros instrumentos inclusivamente, de requerer a informação que necessita e poderá fazê-lo, não o Senhor diretamente que está aqui como eleito suplente, mas é responsável político pelo PSD e por este novo PSD, portanto, poderá fazê-lo também, em nome da bancada,”

6.6.7.3 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É para indicar o sentido de voto da bancada do Bloco de Esquerda.

Nós vamos votar a favor todos os documentos apresentados.

Deixar apenas uma nota relativamente ao documento referente à requalificação do Cais do Ginjal, o nosso voto é obviamente favorável, a incoerência com os alertas que temos vindo a lançar ao longo dos anos para a necessidade urgente de requalificar uma zona estratégica de Almada e pôr fim a décadas de abandono.

Deixar nota da importância de salvaguardar as soluções necessárias de realojamento para as pessoas que ali habitam.”

6.6.7.4 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito telegráfica e respondendo aos pedidos de esclarecimento feitos pela CDU, relativamente ao ponto 2, onde é referido a expressão “carenciados”, o que o PSD pretende é que esta medida abranja os alunos que são abrangidos pelos escalões da ação social escolar.

Relativamente à possibilidade de alargamento a outros níveis de ensino, nós falamos nesse caso das calculadoras científicas e no caso dos outros contextos educativos, nós estávamos a equacionar a expansão para o ensino profissional, os cursos de ensino artístico especializado, cursos de especialização tecnológica, salientando que, o ponto 4 trata-se de possíveis evoluções após a execução da medida.

Portanto, a nossa proposta não é fixa relativamente a isso.

Relativamente à sua execução, a vida não vai acabar em 2025, portanto, esta é uma proposta para o futuro do Município, inclusive esta possibilidade de implementação e de evolução, já tem em conta os possíveis ou novas ofertas educativas que podem surgir no Concelho e, portanto, não vemos porque é que esta proposta não pode ser aprovada hoje.”

6.6.7.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer também que o PAN irá votar favoravelmente a maioria dos documentos.

Mas pedi a palavra sobretudo para responder à Senhora Deputada Municipal do PS, Margarida Lourenço sobre a sua intervenção, sobre a proposta do PAN para que a Câmara Municipal assegure os cuidados veterinários dos gatos de colónias registadas.

Ao contrário do que disse, esta não é nenhuma adenda ao Regulamento do Cheque Veterinário, que é uma coisa específica e que o executivo decidiu porque pode decidir, que este cheque veterinário era apenas para municípios carenciados. Podia também incluir colónias porque isso está previsto na proposta da Ordem dos Médicos Veterinários, mas decidiu que não iria incluir os gatos de colónias e que o cheque iria simplesmente ser para detentores de animais com carências.

Ora, os animais de colónias para além de serem da responsabilidade do Município, não têm nenhum apoio para além da esterilização. Portanto, cai tudo ao colo das cuidadoras, que já fazem um trabalho hercúleo, muitas vezes se endividam para conseguir cuidar dos gatos que quando estão doentes que são contas de oitocentos,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mil, mil e quinhentos euros. Se o PS acha que os gatos de colónias não merecem cuidados veterinários e que os cuidadores não merecem apoio, assumo-o. Agora, não venha dizer que isto é uma adenda, ou que vamos prejudicar aquilo que esteve em consulta pública. Isso não é verdade. O que nós propomos é um protocolo ou que o Serviço Veterinário Municipal se modernize e consiga dar resposta a cirurgias etc. etc., ou faça protocolos para que estes animais tenham cuidados veterinários que é o mínimo que se pode pedir.”

6.7 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.7.1 – A Moção “Pelo Apoio à Aquisição de Calculadoras Gráficas para os Alunos do Ensino Secundário”, foi rejeitada por maioria com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 10 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU; 10 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.7.2 – A Recomendação “Pela Requalificação Urgente do Cais do Ginjal e da Antiga Área da Lisnave”, foi aprovada por maioria com 20 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.7.3 – A “Saudação ao Dia do Trabalhador”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, foi aprovada por unanimidade.

6.7.4 – A “Saudação ao 25 de Abril de 1974”, foi aprovada por unanimidade.

6.7.5 – A Recomendação “Apoio da Câmara Municipal de Almada ao Banco Alimentar Animal”, foi aprovada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.7.5.1 – Os considerandos e o ponto 2 foram aprovados por maioria com 27 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 10 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.7.5.2 – Os ponto 1 foi aprovado por maioria com 25 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 12 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.7.5.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.7.5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU absteve-se na votação desta proposta do PAN porque, não tendo nada contra a proposta no concreto, entende que ela, neste momento, nos parece extemporânea.



Jr.

De facto, desconhecemos qualquer regulamento, sequer um conjunto de normas básicas, escritas e aprovadas pelos órgãos competentes (Câmara Municipal e Assembleia Municipal, relativo a um “Banco Alimentar Animal” público.

Não nos parece adequado, por outro que, se este “Banco Alimentar Animal” for uma iniciativa privada que, reiterarmos, desconhecemos oficialmente, a Câmara Municipal de Almada se comprometa com o financiamento regular da respetiva atividade.

A CDU entende que a constituição de um “Banco Alimentar Animal”, naturalmente com natureza pública, poderá ser uma ideia interessante no futuro. Mas para que esse banco seja uma realidade, o primeiro passo a dar será o de conceber e fazer aprovar um regulamento ou um normativo, que deverá percorrer o processo de discussão e aprovação institucional que todos os processos desta natureza percorrem.

Por esta razão, o Grupo Municipal da CDU decidiu abster-se na votação da proposta apresentada pelo PAN.”

6.7.6 – A Recomendação “Cuidados veterinários para de gatos de colónias registadas”, foi rejeitada por maioria com 16 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 10 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra; 11 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.7.7 – A Moção “Pelo restabelecimento da circulação e usufruto no Cais do Ginjal” foi aprovada por maioria com 18 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.7.8 – “A Saudação ao 1.º de Maio”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, foi aprovada por maioria com 33 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 4 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.7.8.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.7.8.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-Partido Popular aproveita para saudar o Dia do Trabalhador e reconhecer a importância da efeméride para todos os trabalhadores.

O mesmo tem uma visão aglutinadora e integradora do trabalho no seu conjunto ao invés da criação de cristação e de conflituosidade que algumas forças políticas tentam explorar fruto da sua doutrina e conceções ideológicas da sociedade colocando classes contra classes, empregadores contra empregados.

Se é certo que há muito ainda a fazer para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, também é certo que muito já foi concretizado em resultado das conversações e das plataformas de entendimento na procura de melhores soluções que satisfaçam as partes envolvidas na garantia dos direitos dos trabalhadores.

O CDS-Partido Popular olha para o trabalhador no seu conjunto, ou seja, o trabalhador é todo aquele que produz riqueza desde a base ao topo da pirâmide. Não tem uma visão deturpada da realidade e nem estigmas ou

8.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dogmas com aqueles que criam riqueza e garantem postos de trabalho. No seu seguimento e na tentativa de melhorar essa qualidade no trabalho, é fundamental olhar-se para a Constituição da República Portuguesa como um objetivo claramente a definir e adaptar aos novos tempos e exigências do mercado e das garantias de todos, empregados e empregadores.

No exemplo da área da saúde, é saudável a leal concorrência, sem prejuízo da necessidade de um sistema nacional de saúde eficaz e abrangente a todos, não colocando qualquer entrave à complementaridade de um serviço de saúde privado ou social, bem antes pelo contrário, muitas das vezes o garante não só de qualidade, mas, sobretudo, do acesso mais rápido e mais abrangente, olhando para o mesmo como um parceiro indispensável ao SNS.

A mesma visão abrangente estende-se a áreas como os transportes ou a educação, onde alguns pretendem que o Estado tenha o controle total nas suas mãos, ao invés de uma participação e colaboração mais alargada que permita complementar o que o Estado com os recursos finitos não consegue garantir.”

6.7.9 – A “Saudação ao 1.º de Maio”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, foi aprovada por unanimidade.

6.7.10 – O “Voto de Saudação às atletas Sara Mendes e Amélia Yurieva do Clube Recreativa do Feijó (CRF) e à atleta Mariana Almeida da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUSP) – saudação estendida ao CRF e à SFUAP” foi aprovada por unanimidade.

6.7.11 – A Moção “Pelo regresso da AMARSUL à esfera pública” foi aprovada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.7.11.1 – Os Considerandos e os pontos 2 e 3 foram aprovados por maioria com 13 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 19 abstenções sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 4 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP. (Nos termos do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal, eleito Sérgio Faria Bastos (PS) pediu escusa na votação.)

6.7.11.2 – Os pontos 1, 4 e 5 foram aprovados por maioria com 29 votos a favor sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 4 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 da eleita do PAN. (Nos termos do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal, eleito Sérgio Faria Bastos (PS) pediu escusa na votação.)

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

7.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhores/as Deputados/as Municipais, eu vou ser breve nesta minha apresentação, ou pelo menos assim espero. Têm aliás, convosco também alguns dos destaques que queremos fazer nesta Informação escrita dos serviços de fevereiro e março. Devo dizer que foram dois meses bastante intensos, em que a Câmara Municipal de Almada se centrou muito na participação em grandes questões que eu acho que estruturantes para o nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.

Um dos destaques que quero dar, é naturalmente, o período da realização das sessões públicas de auscultação à população sobre o futuro e eventual projeto de expansão do Metro Sul do Tejo até à Caparica e Trafaria.

Foi um processo que reflete a aposta numa governação aberta, dialogante e comprometida com as necessidades dos almadenses.

Sabemos também que estamos a falar de uma matéria que deixou alguns traumas, embora todos reconhecem hoje em dia a importância que teve para o Concelho a introdução do metro de superfície. Mas é verdade que restaram muitos medos relativamente ao impacto que isto tem no nosso território e sentiu-se isso mesmo, nas auscultações públicas que fizemos nomeadamente, na Costa da Caparica. Quero desde já sossegar do pouco que já vi do resultado desta auscultação que foi organizada pela FCT a Faculdade de Ciências e Tecnologia, que a grande parte das preocupações expressas já estavam pensadas e refletidas no projeto sobre o qual o Metro de Lisboa está a trabalhar, e assim que eles terminarem e estiver em condições de ser apresentado e partilhado, naturalmente o faremos.

Quero só recordar, que esta expansão do metro tanto à Costa da Caparica como à Trafaria, são cerca de sete quilómetros e representam dez novas estações e vão permitir algo que é fundamental, que é até ligar os dois terminais fluviais e isto em articulação também, com um trabalho que temos estado a fazer junto da Transtejo, para melhorar também as carreiras e os navios que partem da Trafaria e do Porto Brandão, para criar um novo acesso a Lisboa, que seja um verdadeiro interface de transportes, nós temos proposto ou Algés ou Alcântara, porque Alcântara virá a ter a nova estação do metro, Algés porque é um grande interface de transportes como todos sabemos e mesmo o comboio da linha de Cascais em Belém, são poucos os param. Portanto, o percurso da Trafaria, Porto Brandão chegar a Belém, serve pouco a população que o usa, não ganha verdadeiramente na questão do transporte público, há que repensar e é esse trabalho que temos estado a fazer.

Ainda nesta altura devolvemos a Avenida do Mar aos almadenses, foi uma intervenção que permitiu não apenas a requalificação do pavimento, mas também a construção de ciclovias e muito importante, são estes trabalhos que se tornam também mais morosos, o enterrar de todas as infraestruturas elétricas e de comunicação. Basta olharmos para o nosso Concelho para percebermos a dimensão do trabalho que há a fazer, isto só se consegue fazer não apenas como tapa buracos ou como uma pavimentação de superfície, que também são necessárias, mas estamos a falar de obras estruturais para criar a possibilidade de enterrar esta infraestruturas que poluem absolutamente o nosso Concelho.

No domínio dos espaços públicos, quero também dar nota da reabilitação de dois Polidesportivos, Aristides de Sousa Mendes e a Filipa D'Água, bem como do Ringue das Barrocas, infraestruturas muito relevantes e necessárias e quero deixar aqui um agradecimento.

Estas obras também são possíveis com protocolos que temos feito com as Uniões de Freguesia, e a todas elas o meu obrigado, tem sido um trabalho de parceria, temos ainda mais depois projetos que queremos realizar, um no Laranjeiro Feijó, normalmente finalizamos o projeto e depois contactamos a Junta, temos feito igual para todas as Juntas e a outra em Almada e depois podemos falar sobre isso. Mas é para dizer que, é um processo que está em curso e que tem dado bons resultados.

Na Casa Amarela nasceu também um novo ponto de biblioteca, já para não falar que está com uma grande atividade, não é apenas os De Weasel que estão lá a ensaiar, mas temos um novo ponto de biblioteca que tem sido um sucesso e também há um estúdio de gravação, há toda uma nova dinâmica neste espaço que tem sido muito positiva e que é dada pelos jovens, ou seja é devolver os espaços para quem eles foram construídos que são os nossos jovens.

Quero também destacar a criação da Casa do Cais, que demorou a encontrarmos o formato certo até para corresponder aquela que tinha sido a candidatura, é ser um espaço para jovens criativos, para associações da área criativa, temos pessoas de Almada, pessoas de fora de Almada, é um espaço de cruzamento, de interligação, temos desde o teatro a produtores de jazz, a produtores de cinema, artistas plásticos. Portanto, é de facto, esta associação que criaram com nomes muito relevantes e que aliás, temos a honra de ter agora a morar no nosso Concelho como o João Salaviza, é um dos nossos realizadores mais reconhecidos da nova

2.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

geração, é munícipe de Almada, mas não só, Carla Luís, e tantos outros e não quero estar a identificar todos e vou-me esquecer certamente de muitos outros.

Inauguramos a Casa dos Escoteiros no Parque Urbano do Pragal, que foi um novo espaço de encontros e desenvolvimento para jovens escoteiros do Concelho, que fortalece a oferta da atividade para as novas gerações e também vem dar uma vida muito especial aquele espaço, têm um ringue ao lado e portanto, aqui também é um espaço de encontro, é um espaço que certamente poderá servir para além dos escoteiros e lembrar que também está perto da microfloreza que foi plantada ainda sobre a vigência do Senhor Vereador Nuno Matias, quero reconhecer aqui também o trabalho que foi feito, ali no topo do Parque Urbano do Pragal, está-se a criar ali uma dinâmica de atividade, e de juventude também, estamos falar sempre de juventude.

Muito importante, a remoção do entulho nas Terras da Costa e do Lelo, que é uma operação delicada como sabem, havia partes com amianto e, portanto, foi necessário proceder a toda esta empreitada de demolição cumprido todos os requisitos, mas também a importância do lançamento para consulta pública do Regulamento do Agroparque que tem estado a decorrer ou estará a finalizar essa consulta pública. Antes de lançarmos a consulta pública houve também, todas as reuniões com as associações representativas dos agricultores.

No âmbito das celebrações do Dia Internacional da Proteção Civil, foi ainda apresentada uma nova Unidade Móvel, um investimento essencial para a gestão de situações de emergência que garanta uma reposta mais rápida e eficaz em caso de necessidade. É uma unidade especial que tem mais flexibilidade por ser sobre formato de atrelado, e que permite que numa situação de emergência, não a que tivemos ontem, porque não havia comunicações, mas por exemplo, na altura Martinho podia ter sido importante. Claro que o objetivo é sempre que ela funcione o menos possível porque quer dizer que não há situações de emergência nem de perigo. Mas continuamos a reforçar os equipamentos da nossa Proteção Civil assim como nós reforçamos o financiamento aos nossos Bombeiros para que se possam equipar devidamente.

A Meia Maratona de Lisboa voltou naturalmente, a fazer o seu arranque aqui, com milhares de pessoas e aqui eu acabo sempre estas apresentações com um fortíssimo agradecimento aos nossos trabalhadores. De facto, depois da partida da Meia Maratona onde são milhares e milhares de pessoas, eu prefiro dar um agradecimento muito, muito especial aos nossos trabalhadores da higiene urbana, eles são inexcedíveis e pouco mais de vinte minutos depois daquela multidão a Ponte está em condições de ser circulada.

E permitam-me já agora, estender estes agradecimentos não só à Meia Maratona. Ontem não foi possível depositar em aterro a recolha do lixo, e por essa razão os nossos trabalhadores estavam todos disponíveis para ir trabalhar e fazer a ronda noturna, tivemos que suspender a recolha, não tínhamos onde ir depositar. Hoje às 07H00 começaram os trabalhos de recolha, eram 16H00 e tínhamos ainda trabalhadores que aceitaram ficar para poder compensar todo o tempo que perderam. E são de facto, de uma dedicação a Almada, de uma dedicação ao serviço público, de uma dedicação a todos os munícipes, ninguém está aqui a dizer que está tudo bem e que não problemas nenhuns, mas em nome dos nossos trabalhadores, que merecem muito mais respeito de tudo aquilo que por razões políticas, em campanha eleitoral se anda a dizer e a pôr nas redes sociais.

Quanto em relação a nós tudo bem, a questão do lixo é e desculpem que vos diga, é também um problema de todos. E todos devemos fazer um esforço para contribuir, para ter um Município limpo, um território onde gostamos de andar e passear, é um esforço da Câmara Municipal, dos seus trabalhadores, é um esforço das Juntas também incansáveis, mas também deve ser um esforço dos munícipes. E com isto volto a dizer, não estamos a dizer que não temos obrigações e que não temos que fazer o trabalho, claro que temos, claro que temos. Mas há também responsabilidade de cada um que ama a sua terra. Não basta dizer que se ama, é preciso provar e mostrar que se ama.

Agora, com isto o que eu posso dizer, há muito mais atividades e peço desculpa se não as abordei todas, estamos disponíveis para perguntas que queiram fazer relativamente à Atividade Municipal, ou outras e teremos todo o gosto em responder.”



7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Inês Pezarat Bom (BE), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para um pedido de esclarecimento à Senhora Presidente Câmara Municipal, sobre o programa de manutenção de instalações de serviços de cuidados de saúde primários no Concelho de Almada.

Chegou ao conhecimento do Grupo Municipal da CDU, na Assembleia Municipal, que as instalações onde funcionam os serviços de cuidados de saúde primários no nosso Concelho, apresentam deficiências que afetam as condições de atendimento e conforto dos doentes e as condições de trabalho dos profissionais de saúde que lá trabalham.

Tanto quanto nos informam, algumas dessas deficiências resultam de falta de medidas atempadas e de acompanhamento por parte da Administração de Saúde da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que manteve a tutela dessas instalações até à data da transferência destas para o Município. E outras surgiram ou agravaram-se, já depois dessa transferência designadamente, durante as intempéries mais recentemente ocorridas.

A Câmara Municipal não ignora seguramente, esta questão. Por isso perguntamos:

Se conhece o número e características dos problemas existentes? Se está a desenvolver ou tem previsto algum programa de intervenção para colmatar as deficiências encontradas? Em caso afirmativo qual o prazo da execução e qual o custo previsto para este programa de intervenção?”

7.1.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, como já referimos na altura, quando foi a transferência de competências, fizemos um levantamento de algumas das deficiências encontradas, mas é verdade como disse, que outras fomos descobrindo à medida que assumimos a competência. Houve uma série de prioridades, temos estado a fazer pequenos arranjos. Agora eu penso que se refere à Rainha Dona Leonor, que essa tem problemas especiais. Nós já tínhamos com a anterior administração da ULS Almada Seixal, um protocolo preparado para avançar com as obras de reabilitação, que eu estou certa que esta administração a seguiria, só que, entretanto, já tínhamos o protocolo fechado para poder avançar com a reabilitação tal como estava, sobretudo no último andar, mas aconteceu de facto, que durante a intempérie a situação agravou-se muito. Portanto, estamos agora a lançar um procedimento urgente, vai ser lançado agora, em moldes diferentes daquele que estava previsto, porque naturalmente, houve um agravamento muito substantivo, foi toda a cobertura que levantou.

Portanto, o trabalho está a ser feito, a intervenção da Rainha Dona Leonor agravou-se por essa razão. Estava tudo pronto para podermos fazer esse protocolo, ainda até no âmbito, na altura, a administração ainda queria colocar no âmbito do PRR, só que entretanto, não sei se, eu cheguei a falar com a atual administração da HGO da ULS Almada Seixal, e que me parece também disponível, chegou-me a falar nisso, não sei como é que ficou estas candidaturas de última hora, mas que são feitas pela própria ULS, e nós concordamos. Agora, tivemos foi de adaptar a intervenção que estava prevista face à intempérie e é uma operação mais complicada do que aquela que estávamos a prever.”

7.1.2.3 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito rápida. A Senhora Presidente referiu as questões da Rainha Dona Leonor que são de facto, aquelas que são neste momento as mais prementes e de maior monta.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à pergunta que o Senhor Deputado Municipal fez, se temos conhecimento, de temos um programa, quando é que ele acaba? Eu vou-lhe dizer: conhecemos todas. Conhecemos porque fizemos um levantamento rigoroso na altura da transferência de competências, entretanto, todos os dias temos ocorrências e temos uma metodologia que é: elas são reportadas à ULS e é a ULS que faz a priorização, e eu já aqui disse uma vez, uma torneira está estragada aqui, a outra está ali, aquela pode não fazer falta nenhuma, mas esta pode impedir um ato médico. Portanto, todas as ocorrências que nos chegam são priorizadas e fim não temos, porque todos os dias se juntam. Portanto é um work in progress, sabe o que isto é? É o que é. Mas estamos a responder e aquilo que é urgente nós estamos a responder, e não temos nada que nos diga que é impeditivo do funcionamento e que a Câmara Municipal não resolveu e que o Centro de Saúde deixou de prestar os serviços médicos por causa disso.

Agora, é continuo, hão-de vir mais amanhã, e são priorizadas. E porque nós não tínhamos a noção da exatidão dessa priorização, é a própria ULS que nos faz. E mantemos um diálogo continuo com o Conselho de Administração da ULS, principalmente com um elemento do Conselho que está mais ligado a esta parte, à parte financeira, esta parte das obras e temos estado a fazer aquilo que é possível. Mas volto a dizer-lhe, tudo aquilo que é urgente a intervenção da Câmara Municipal faz-se.”

7.1.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós faremos uma intervenção mais longa sobre este período amanhã, mas eu não poderia deixar de fazer este comentário sobre a intervenção que a Senhora Presidente da Câmara Municipal fez, que eu achei de muito mau tom, estar a usar os trabalhadores da higiene urbana, como escudo para a incompetência que tem sido apresentada pela Câmara Municipal de lidar com o lixo. Nunca ninguém aqui se levantou contra os trabalhadores da higiene urbana, nunca, ninguém.

Pelo contrário, nós sempre defendemos melhores condições para estes trabalhadores, de salários, de condições laborais e que se não têm, é culpa da Câmara Municipal. Portanto, sim, Almada tem um problema de lixo e não é culpa dos municípios, que segundo a Senhora Presidente devem ser os municípios almadenses todos uns porcos, a culpa é nossa, e também não é culpa certamente, dos trabalhadores da Câmara Municipal. A culpa é do executivo que é incompetente e que não dá boas condições aos trabalhadores para tornar as carreiras destas pessoas atrativas.”

7.1.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Inês Bom, eu acho que é urgente o Bloco de Esquerda assumir responsabilidades em seja o que for, seja numa Câmara Municipal, seja num Governo, e assim poderia aprender, que não basta decretar ou decidir e que obviamente, as coisas fazem-se com as pessoas, com os trabalhadores, trabalhadores de todos os níveis, de todos os serviços, o executivo podia ser competentíssimo, se não tivesse equipas para trabalhar, a sua competência não serviria para nada. E, portanto, é com humildade, ao contrário do que a Senhora Deputada Municipal diz, que nós reconhecemos que nós podemos ter as melhores ideias do mundo, que eu acho que é algo que o Bloco de Esquerda teima não perceber, nós podemos ter as melhores ideias do mundo, nós podemos ter as melhores intenções do mundo, nós podemos proclamar as mais belas palavras do mundo, se nós não tivermos equipas, e se nós não tivermos equipas não é só pagas, é equipas com brio no seu trabalho e é essa ideia de brio no seu trabalho, que os Senhores Deputados Municipais não entendem. E que não entendem que, é o trabalho deles que muitas vezes eles não veem reconhecido, e isso não se paga só com os salários, e acho muito bem que queiram melhorias salariais, mas também sabe certamente, que as melhorias salariais não é aqui que se decide, é no Parlamento. E, portanto, tem uma Vereadora que está no sítio certo, para continuar a lutar para melhorias de salários.”



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7.2 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para um agradecimento aos trabalhadores da Autarquia, às técnicas de Língua Gestual e técnicos que permitem a transmissão online.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 05 de maio de 2025, pelas 21H00.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), dos/as Senhores/as Vereadores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), José Pedro Ribeiro (PS), Francisca Parreira (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), António Sousa Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de vinte munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____

